



A ameaça dos pobres

Dirce Koga

Francisco Menezes

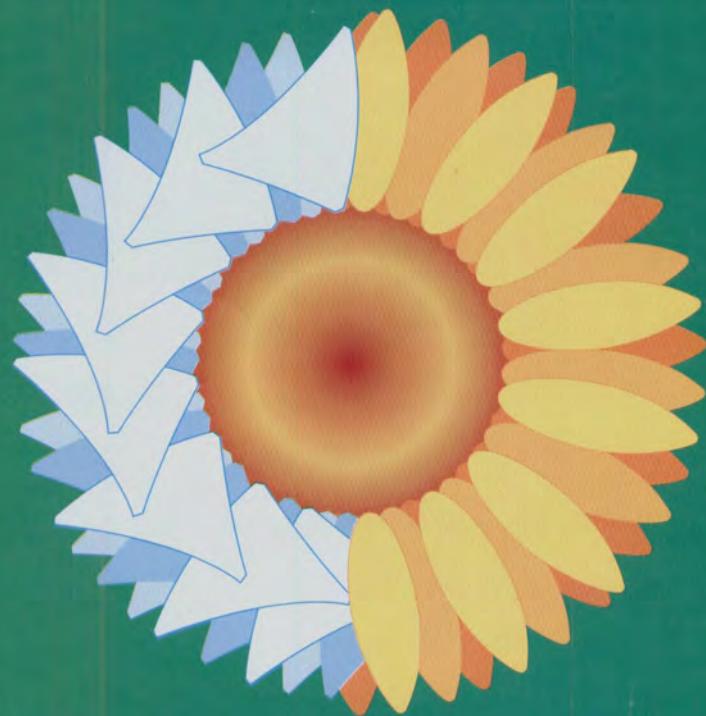
Luciene Burlandy

Maria Cecília dos Santos

Ralph Della Cava

Roberto Leher

Rosana Magalhães



Primavera para a Vida Juventude e Paz

20 a 26 de setembro de 2004

**Campanha
Nacional**

CESE
Coordenadoria Ecumênica de Serviço
www.cese.org.br
cese@cese.org.br

Revista bimestral de KOINONIA
Maio/Junho de 2004
Ano 26 nº 335

**KOINONIA Presença Ecumênica
e Serviço**

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Emir Sader
Francisco Catão
Gilberto Barbosa Salgado
Joel Rufino
Luís Henrique Dreher
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Maria Luiza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Yara Nogueira Monteiro
CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jether Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR

Zwinglio M. Dias
(conforme convênio de 6/12/2002 com
a Universidade Federal de Juiz de Fora)

ORGANIZADOR DESTE NÚMERO
José Maurício Arruti

EDITORA ASSISTENTE
E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Helena Costa
Mtb 18619
ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO
Manoela Vianna
EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA
Martha Braga

COPIDESQUE E REVISÃO
Carlos Cunha

SECRETÁRIAS DE REDAÇÃO
Ana Emilia Gualberto
Jacqueline Monteiro

CAPA

William Seewald

FOTOLITOS

GR3

IMPRESSÃO

Reproarte

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso

R\$ 3,50

Assinatura anual

R\$ 21,00

Assinatura de apoio

R\$ 28,00

Assinatura/exterior

US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA

Outras luzes da cidade

6

A AMEAÇA DA POBREZA

ALERTA

Ideologia da pobreza e governabilidade

7

Roberto Leher

FOCALIZAÇÃO

Medidas de cidades para inclusão social

10

Dirce Koga

PERVERSIDADE

A pobreza na agenda pública no Brasil

13

Rosana Magalhães

TRANSFERÊNCIAS

O combate à pobreza no cenário brasileiro

— interfaces com a Segurança

17

Alimentar e Nutricional

Luciene Burlandy

DESAFIOS

(In)Segurança alimentar e nutricional

21

Francisco Menezes

TEOLOGIA

Pobreza: um mote nordestino

24

Ivone Gebara

HOMOSSEXUALIDADE

Protestantismo mundial:

o “novo” consenso emergente

27

Ralph Della Cava

ESPERANÇAS

“E a luta continua...”

37

A política indigenista do Governo Lula

Maria Cecília dos Santos

DIGNIDADE HUMANA E PAZ

Para superar a violência

42

Todas as ilustrações deste número foram premiadas, em diferentes anos, no Salão Universitário do Humor de Piracicaba/Unimep. Agradecemos à reitoria da Unimep, ao professor Camilo Riani, a Marilia F. Russo, ao Professor Sérgio Marcus Pinto Lopes e a Maira Cristina Ortega da Silva.

Apesar da existência de inúmeros 'bolsões'

de riqueza', localizados notadamente na região Sudeste, e também nos grandes centros metropolitanos, o Brasil se configurou historicamente como um país de pobres. Marcado por uma endêmica e perversa desigualdade econômica e social resultante de um modelo econômico altamente concentrador da riqueza que remonta aos tempos coloniais, o País ocupa hoje o 72º lugar entre os 177 países avaliados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estabelecido pela ONU (PNUD - 2004). Essa desigualdade distributiva é tão díspar que o Brasil oferece ao mundo o insolente e escandaloso espetáculo de exibir pequenas ilhas de resplandecente prosperidade com índices de desenvolvimento e consumo similares aos da Noruega e da Suécia (os mais altos do mundo) em meio a um mar de miséria formado por 54 milhões de pobres e 24 milhões de miseráveis. Este brutal processo de concentração de renda levou o economista Celso Furtado a exclamar, no depoimento perante a Comissão Mista do Congresso constituída para estudar as medidas de combate à pobreza: "...quem olha de fora, como eu, que vivo no estrangeiro, não pode qualificar senão como escândalo o que se passa no Brasil. Por que essa renda mais concentrada do mundo? Quase fico envergonhado quando me perguntam. Por outro lado, digo para mim mesmo, não sei, está acima de minha cabeça, não consigo alcançar."

Os articulistas desta edição procuram discutir de forma crítica e informativa as principais dificuldades enfrentadas, tanto pelo governo federal como pelas administrações estaduais e municipais, na implementação de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza, à exclusão social e à fome. Um dos autores chama a atenção para o fato de algumas agências multilaterais estarem profundamente interessadas senão na eliminação da pobreza pelo menos na mitigação de seus efeitos imediatos de modo a impedir que haja interrupção do fluxo circulante do capital financeiro propiciado pelo processo de globalização da economia. As muitas receitas já aviadas em outros momentos da história em outros países voltam a ser oferecidas (quando não impostas) ao lado de outras mais criativas mas não menos presas de um caráter filantrópico e apaziguador da 'classe perigosa' dos pobres que podem pôr a perder os projetos dos centros hegemônicos do poder capitalista. Uma articulista sinaliza que sem a parceria e o respeito à condição de sujeito das vítimas da exclusão, nenhum desses programas terá condição de alcançar as metas propostas. Esta edição publica também análise inédita do antropólogo norte-americano Ralph Della Cava sobre as movimentações de grupos protestantes conservadores nos Estados Unidos. Tomando como cavalo-de-batalha a questão da ordenação de pastores (as) homossexuais procuram mobilizar os tradicionalistas nas diferentes denominações protestantes propondo a divisão pura e simples entre liberais e conservadores. As revelações do pesquisador são de arrepiar! É isso aí!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia
 Cadastrado
 Processado

CARTAS

É com muita alegria que renovo minha assinatura de apoio a esta excelente revista esperando que continuem a mostrar artigos de grande importância para todos nós. Parabéns a todos os integrantes da equipe.

Abraços,

*Geraldo Paulo Moreira
Inhapim - MG*

Gostaria de me desculpar na ausência do contato e demora em renovar nossa assinatura. Pois, há 10 meses mudei de região no Estado, embora o endereço para correspondência continue o mesmo, que fica na casa de meus pais. Venho a este endereço uma vez no mês quando recebo as correspondências e, de fato consegui ter acesso ao último comunicado que enviaram.

Contudo, queremos reafirmar nosso diálogo com a entidade que acreditamos realizar um relevante trabalho de comunicação alternativo e autêntico.

Bom Trabalho.

Abraços,

*José Maria Mendes de Andrade
Icoaraci - Belém - PA*

Que a paz e o amor de Deus Pai estejam com vocês, membros da equipe Koinonia.

Quero parabenizar a toda a equipe de Koinonia pelo trabalho de divulgar o ecumenismo e o diálogo religioso. Que Deus Pai continue a derramar muitas bênçãos a toda a equipe e a todos que os colaboram com a revista.

*José Carlos Francisco
São Paulo - SP*

O trabalho de vocês é fundamental para alimentar a reflexão da nossa caminhada multicultural na fé e na práxis cristã.

Gostaria de aproveitar a oportunidade de lembrar a vocês para não sofisticar a reflexão de certos temas podendo gerar espaços de discussões conceituais que não descem para a dimensão de subsidiar de forma mais direta.

Uma grande abraço,

*Ricardo Swain Alessio
Recife - PE*

É com muita alegria que estou lhes escrevendo estas linhas para que nós possamos caminhar juntos mais um pouco. Isto porque pensei que estivesse interrompido, já que sou convidado a caminhar, para mim é motivo de muita alegria. Aí vai meu bom-dia a vocês e peço desculpa por não ter atendido no tempo certo.

Eu estou enviando o pagamento atrasado, 21,00, mais 21,00 de agora em diante e mais 21,00 da nova assinatura de Francisco Assis Rodrigues. R. Renato de Bom 237 Jardim América Carmo do Rio Claro, MG.

Sem mais agradeço a paciência de vocês e desejo lhes felicidade.

*Sebastião José de Paula
e-mail*

Continuamos à espera de sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre TEMPO E PRESENÇA.

E-mail para:

tp@koinonia.org.br

Cartas para:

Tempo e Presença/Koinonia
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ

Outras luzes da cidade



Um turista qualquer tem uma imagem da Cidade de Salvador e de seus encantos elaborada pela mídia, pela oficialidade estadual e municipal: terra de magias, de iguarias, de gente linda e de pele morena a dançar e cantar... Metrópole apresentada por seu carnaval e seus encantos litorâneos a seduzir e a iluminar pelo Farol da Barra os caminhos da beleza.

Esse turista, imaginado aqui, verá uma Salvador da democracia das cores, da mistura, de um pelourinho de negros e brancos, das praias de todos... Mas esperemos de nosso viajante um coração atento e um olhar inteligente.

Se o seu lazer for no carnaval e ele sair em um bloco, menos misturas se revelarão. A gente que sai em seus abadás protegida por cordas já não é tão branca: do lado de fora estão os que não puderam pagar, contidos por cordas seguras pelos 'cordeiros' fortes e mal pagos, soldados anônimos da folia da separação... Mas ele como outros turistas não ficará só no carnaval: procurará um candomblé.

Esperemos que seus olhos não se fechem, pois o caminho não será iluminado pelo famoso Farol. Os vizinhos do terreiro visitado serão muito menos 'misturados', tal como a maioria dos fiéis serão negros e negro-mes-

tiços, bem vestidos e em alegre contrição religiosa, mas nada parecidos com as imagens de marketing da TV. Menos parecidos ainda com aquela minoria carnavalesca protegida pelos 'cordeiros', os quais poderão estar no candomblé como lideranças, a usufruir outra dignidade com seus irmãos de fé.

Verá nosso brasileiro de outras paragens não soteropolitanas que o candomblé de Salvador não é só de negros, mas saberá que eles fazem esse culto quase sem brancos, e mais... Que a Salvador que pode ver nos cartões postais esconde uma outra, que desde o Sul pode ser vista a beirar os trilhos praianos do subúrbio ferroviário da Baía de Todos os Santos até o seu centro simbólico (o velho e histórico); e que desse ponto se afasta do mar, aberto desde o Farol: como se desde o tempo da Colônia, quando se formou o centro histórico, e hoje com os empreendimentos imobiliários, se quisesse separar os bairros com os melhores serviços, dos outros bairros, e roubar dos ainda filhos de

"Todos os Santos" a "mãe que vive nas águas salgadas do mar aberto de Salvador", cujo apelido local é Orla. É nessa outra Salvador, convivendo com as adversidades de precárias condições de vida — de habitação, de renda, de transporte, de educação —, que

se situa a esmagadora maioria dos candomblés.

Se nosso turista vir seus postais como retratos de uma vitrine da Cidade não encontrará bairros em que estejam candomblés. Muito menos o dia-a-dia de seus moradores...

É a Salvador fora dos 'postais' e do 'plim plim' da TV, em busca de igualdade; dos candomblés em luta por seus direitos, tão belos e cheios de luz, sem 'faróis', mas com brilho, cantigas e atabaques, que o *Programa Egbé – Territórios Negros* tem procurado apoiar.

Nosso turista não saberia que há diferentes candomblés a habitar as entranhas e a constituir e construir a Cidade há centenas de anos. Sentir-se-ia em outro país se falássemos do Povo Banto, do Povo Queto, do Povo Jeje, ou do Povo Ijexá... Mas essa gente existe! E sem eles muitos bairros de Salvador nem teriam começado. São essas as diferentes tradições que constituem com os Caboclos o mundo sagrado do candomblé soteropolitano.

Ideologia da pobreza e governabilidade

Roberto Leher

A tradição cristã tem lido "o mundo todo está debaixo do poder do Maligno" não como projeto messiânico de libertação. Este texto parece confirmar aquela profecia-desafio. A sociedade econômica de bancos, empresas, conferências de grandes governos são assim como o familiar 'amigo do homem' — cínicos, parecem rir-se de nós. A diferença é que a hipocrisia deles vai ao extremo de até balançar caudas. Já os outros, os amigos cães, somente balançam enquanto amigos, não mentem. As admiráveis linhas deste texto atiçam-nos para despertar-nos e desafiar e concluem: "O pensamento único é, portanto, um obstáculo a ser negado pelas lutas sociais." Verdadeira profecia-desafio

(Os países da periferia)

Não mais países destinados ao "desenvolvimento", e sim áreas de "pobreza" (palavra que invadiu o linguajar do Banco Mundial), cujos emigrantes ameaçam os "países democráticos".

(Chesnais, 1996, p.37-39)

Também o governo de Lula da Silva tomou para si a bandeira da pobreza. O controverso programa focalizado *Fome Zero* — cuja dimensão assistencial predomina largamente — é o principal objeto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e uma das principais peças publicitárias de seu governo. Esta ação não apenas é elogiada pelo Banco Mundial, como este organismo identifica nessa política do governo federal a comprovação de que as suas recomendações (do Banco) foram compreendidas e assimiladas por Lula e sua equipe de governo. É preciso indagar: por que o Banco Mundial tem estimulado de maneira tão enfática as políticas de alívio à pobreza?

Este pequeno texto, parte de um trabalho mais extenso (Leher, 1998), sustenta que o tema da pobreza vem ganhando visibilidade com a crescente exclusão estrutural de vastas regiões do planeta decorrente da chamada globalização, situação que coloca em risco a governabilidade do capitalismo.

Chesnais (1996) caracteriza como "desconexão forçada" a marginalização de áreas inteiras dos continentes, em relação ao sistema de comércio internacional. Com efeito, na chamada globalização observa-se uma nítida tendência à marginalização dos países em desenvolvimento, configurando uma situação de "exclusão estrutural" (Limeiro Cardoso, 1999). Fukuyama admite que, excluindo os ícones asiáticos, os países dos chamados Segundo e Terceiro Mundos não reproduzirão os modelos atuais de consumo do Primeiro mundo. As duzentas maiores empresas mundiais de oito países têm conhecido uma expansão sem precedentes, influenciando as políticas sociais, em detrimento dos direitos do trabalho, erigindo uma economia totalitária, centrada na "liberalização", na "privatização" e na "desregulamentação" do desejado "sistema de livre-comércio internacional" (Clairmont, 1997).

Enquanto nos anos 1950 e 1960, "a expansão internacional do capital abria possibilidades mais amplas e dinamicamente integradoras para o que então passaram a chamar de países 'subdesenvolvidos', atualmente a criação da temática 'zonas de pobreza' remete a uma situação em que regiões e segmentos sociais são excluídos do processo do capital". É como se os 'bolsões' de pobreza fossem um problema geográfico localizado e por isso passível de ser solucionado por medidas

Não se trata de um novo discurso do Banco, mas da recuperação de um tema muito caro ao establishment: a segurança e a estabilidade do sistema.

focalizadas. A produção da temática da 'pobreza', neste sentido, "tende a desviar a atenção para os chocantes 'dados' da miséria e da indigência, privilegiando a análise do empírico imediato e a descrição mais espacial que temporal". (Limeiro Cardoso, 1997)

Como a "desconexão forçada" é uma realidade, resta ao capital administrar as suas contradições. Daí a hiperfobia da preocupação com a *governance*. Um desafio a vencer para a consolidação da conversão neoliberal da América Latina, conforme um importante representante do Banco Mundial na região na segunda metade dos anos 1990, Sebastian Edwards, é a possibilidade de retorno de governos populistas. Para Edwards (1995), o populismo ainda está fortemente arraigado no imaginário político da região, podendo vir a ser uma alternativa desejada pela população atingida pelos efeitos negativos do ajuste estrutural. O que preocupa não é uma possível orientação anticapitalista do populismo, mas o nacionalismo e a intervenção estatal na economia. A ação direta dos Estados Unidos na tentativa de desestabilização de Hugo Chaves é um eloquente exemplo dessa avaliação sobre os governos que não obedecem ao Consenso de Washington.

As tensões decorrentes dos custos sociais do ajuste, por um lado, e da manutenção das políticas neoliberais que aprofundam a fratura social, por outro, têm obrigado o Banco a se dedicar à estratégia política com vigo-

roso empenho. Tal como o presidente do Banco, J. Wolfensohn, Edwards (1995) constata que a pobreza pode colocar em risco as reformas e, por isso, preconiza a criação de *novas instituições* que possam conferir *estabilidade política* aos países em processo de ajuste. O objetivo, assevera Edwards, é evitar "impulsos políticos miopes de curto prazo" que afastem os países das reformas, em favor do populismo, do dirigismo e eventualmente do caos. Entre as novas instituições, sobressai um novo sistema educacional.

Neste escopo, temas inequivocavelmente políticos foram deslocados para o topo da agenda do Banco: "qual a melhor alternativa para a consolidação neoliberal da região: terapia de choque ou gradualista?". Questões como esta ocupam um espaço cada vez maior em seus documentos. No centro dessas perguntas sobressai a preocupação com a *governabilidade*, uma teorização recente, resultante das crescentes dificuldades de implementação do ajuste estrutural. Aqui resurge, em novas bases, a *conexão pobreza e segurança*. Os trágicos desdobramentos das políticas neoliberais na África subsaariana, e a emergência de movimentos de contestação à ordem na América Latina, como os *Zapatistas* (México), *Cocaleros* (Bolívia), os *povos originários organizados no Conaie* (Equador) e os *Sem-Terra* (Brasil) conferem atualidade à preocupação de McNamara, ex-presidente do Banco Mundial (1968-80). Este estudo diverge, portanto, da análise de Pierre Salama e Luís Fernandes (1995), que vêem a defesa da Educação pública elementar pelo Banco

Mundial como um indício de seu "afastamento da doutrina *friedmaniana*", o que poderia conferir certa margem de manobra em face da política dessas instituições" (Banco Mundial e FMI). Não se trata de um novo discurso do Banco, mas da recuperação de um tema muito caro ao establishment: a segurança e a estabilidade do sistema.

Distintamente da posição da direita republicana estadunidense reunida na fundação *Heritage*, largamente representada no governo Bush e adepta de meios coercitivos, o Banco alerta que as conquistas que levaram à configuração da *Era do mercado* podem ser perdidas, se os países ricos não ampliarem sua 'ajuda' ao combate à pobreza nas (vastas) regiões do planeta, excluídas dos *benefícios* da 'globalização'. Na crise do México de 1994/5, a justificativa para o colossal empréstimo incluiu a análise de que os acontecimentos de Chiapas poderiam fazer o populismo ressurgir no México e em outros países latino-americanos, avaliação que levou o Banco a exigir maior empenho do governo mexicano com a *governance* e com o 'aliviamento' da pobreza.

Mais amplamente, o presidente do Banco chama a atenção dos defensores ortodoxos do livre mercado, de que é preciso desenvolver políticas que operem as contradições da crise estrutural do capitalismo, devastadora em todos os sentidos, pois a concentração de renda é avassaladora, conforme atesta o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano da ONU de 1997. (Ver boxe)

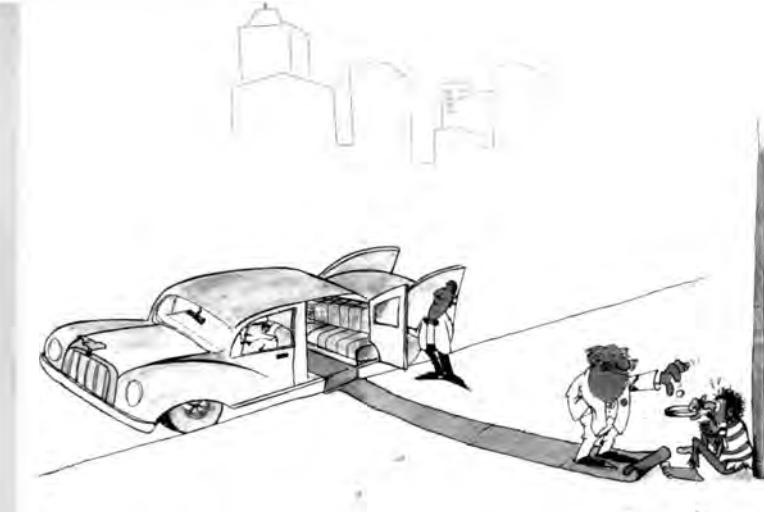
Se as contradições não forem manejadas, com o propósito de atenuá-las, diz Wolfensohn, há sério risco de

As políticas focalizadas são exacerbadamente reacionárias; ao contrário do período desenvolvimentista, têm como pressuposto a 'exclusão' da maioria da população mundial e a impossibilidade de desenvolvimento da maior parte dos países do mundo.

"explosão" e todas as conquistas em favor do livre mercado podem vir a ser colocadas em risco. Os pobres podem se transformar em uma "classe perigosa", gerando instabilidade política, insegurança e fuga de investimentos. Por isso, prossegue, os ricos devem apoiar a estabilidade internacional em nome de seus próprios interesses.

Esse novo significado da temática pobreza é construído. As reformas educacionais que transtornam a educação latino-americana podem ser compreendidas como estratégias voltadas para a *governance*, com o objetivo de produzir "estabilidade política". O mesmo pode ser dito de programas como *Fome Zero*. Por isso, as políticas focalizadas são exacerbadamente reacionárias; ao contrário do período desenvolvimentista, têm como pressuposto a 'exclusão' da maioria da população mundial e a impossibilidade de desenvolvimento da maior parte dos países do mundo. Deste modo, as prioridades conferidas ao ensino elementar e à formação profissional aligeirada perpetuam a desigualdade e a exclusão.

A defesa de políticas públicas universais é ao mesmo tempo a defesa da superação da condição capitalista dependente do País. A compreensão de que a pobreza não é um problema ge-



Frederico Ozanan Pinto Gomes Pereira (Fred), Universidade Estadual da Paraíba (UFB)
1º lugar cartum 3º Salão Universitário de Humor de Piracicaba UNIMEP/1994

Em 1960, a renda dos 20% mais ricos da Terra era 30 vezes maior do que a dos 20% mais pobres; em 1994, os 20% mais ricos abocanharam 86% de tudo o que foi produzido no mundo. Sua renda era 78 vezes superior à dos 20% mais pobres. O patrimônio dos 447 bilionários mais ricos era igual à da renda somada da metade mais pobre da população mundial, cerca de 2,8 bilhões de pessoas.

O comércio mundial cresceu 12 vezes no pós-guerra e chegou a 4 trilhões por ano nesta década. Porém, com 10% da população do planeta, os países mais pobres detêm apenas 0,3% do comércio mundial. Pior: é a metade do que detinham há 20 anos. Para o conjunto dos países em desenvolvimento, a globalização impôs perdas comerciais de US\$ 200 bilhões entre 1980 e 1991.

ográfico desvinculado da economia (a economia não está desvinculada do espaço) e de que a sua superação requer real distribuição da riqueza socialmente produzida. Um país cuja economia está assentada no agro-negócio, na exportação de *commodities* e no capital rentista não oferece resposta para o dramático problema da exclusão estrutural. Por isso, alternativas pós-neoliberais têm de ser forjadas. O pensamento único é, portanto, um obstáculo a ser negado pelas lutas sociais! ☐

Roberto Leher, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, pesquisador do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas-UERJ.

BIBLIOGRAFIA

- Clairmont, F. F. *Ces deux cents sociétés qui contrôlent le monde*. Le Monde Diplomatique, Avril, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. SP: Xamã, 1996.
- EDWARDS, S. *Crisis and reform in Latin America: from despair to hope*. Wash. D.C.: The World Bank, NY: Oxford Univ. Press, 1995.
- Leher, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza*. Tese de Doutorado, FEUSP, 1998.
- Limoeiro Cardoso, Miriam. *Idéologia da globalização e (des)caminhos da Ciência Social*. Mimeo, 1997. In: Gentili, P. Globalização excluente. Cortez, 1999.
- SALAMA, P.; FERNANDES, L. *A crise e o futuro do capitalismo*. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. RJ: Paz e Terra, 1995.

Medidas de cidades para inclusão social

Dirce Koga

Uma denúncia e proposta alternativa viável. Segundo a autora: "O complexo processo de exclusão/inclusão em curso na realidade brasileira tem exigido respostas capazes de considerar tal complexidade marcada pela profunda desigualdade social vivida pela população. É aqui que o conceito de pobreza apresenta limites significativos para a apreensão dessa complexidade ao basear-se mais comumente nas referências do indicador de renda."

Ainda que o conceito de exclusão social apresente também suas contradições e tenha gerado inúmeras controvérsias, penso ser este um conceito ainda fecundo para a realidade brasileira na perspectiva de um processo acoplado ao conceito de inclusão social.

Tal processo vai se concretizar no cotidiano de vida das populações, e se revela não somente nas condições objetivas, mas também subjetivas de cada cidadão e na coletividade, ou seja, nos territórios da cidade.

No Brasil as cidades são ainda mais conhecidas pelas suas médias e caracterizadas de forma genérica, raramente são consideradas nas suas desigualdades ou diferenças internas ou nas diversidades entre a qualidade de vida dos moradores. Trata-se de um modo peculiar de homogeneizar situações, condições de vida, populações e lugares.

Embora os resultados oficiais do Censo Demográfico divulguem preponderantemente as informações mais globais de cada cidade, vale destacar alguns avanços significativos na divulgação do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): primeiro, pela iniciativa de algumas cidades brasileiras que enviaram ao IBGE suas respectivas divisões territoriais e obtiveram os resultados do Censo de forma já desagregada, seja por bairro ou distrito; segundo, a iniciativa do IBGE em divulgar os resultados do Censo pelos setores censitários para os municípios com popula-

ção superior a 20.000 habitantes de forma digitalizada.

A acessibilidade às informações sobre as cidades tem se tornado uma ferramenta cada vez mais necessária e essencial para o processo de gestão das políticas públicas. Sem informações da realidade não se elaboram diagnósticos efetivos, não se criam parâmetros avaliativos, não se constroem indicadores, não se traz à tona a complexidade das condições de vida dos moradores. No caso brasileiro, conhecer a cidade significa confrontar-se com a concretude da lógica excludente com que tem convivido a sociedade brasileira ao longo de sua história.

É fato que as cidades brasileiras expressam de forma muito nítida o pernoso modelo de desigualdade social no País. O Relatório de Desenvolvimento Humano dos países da ONU/PNUD – 2004 revela, mais uma vez, a persistência desse modelo. O Brasil piorou sua posição no ranking dos 177 países, ocupa o 72º lugar, e segundo nova metodologia adotada no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2002, ele se mantém como um dos países campeões em concentração de renda.

Este modelo altamente concentrador faz com que parcelas privilegiadas da população alcancem um padrão de IDH da Noruega ou da Suécia (mais altos) e uma grande maioria se classifique entre o IDH do Brasil ou de Serra Leoa (médio e mais baixo). Ou seja, a média do IDH representada pelo Brasil não se sustenta quando se verificam



as diferentes condições de desenvolvimento humano observadas nos territórios do País.

Por isso, ao tratar de políticas públicas, a consideração pelas diferenças internas existentes em cada localidade torna-se fundamental, especialmente em contextos de altas desigualdades sociais. Não basta, nesse sentido, escolher como foco a pior das piores situações, pois a relação é dinâmica e diferenciada entre as condições de vida de cada lugar.

Entre o final dos anos 1980 e a década de 1990, os modos de gestão das políticas públicas no Brasil sofreram uma forte tendência à focalização. Nesse período intensificou-se também o uso de metodologias de medição da pobreza e da indigência e até mesmo medidas de desenvolvimento humano, não raramente sob influência de cálculos praticados por organismos multilaterais, como o Banco Mundial.

Tais medidas não raramente são baseadas no corte de renda, indicando linhas de base para a definição de pobres e indigentes. A preponderância do indicador 'renda' termina por restringir o próprio fenômeno da pobreza, relacionando as condições de vida de uma população com o seu acesso ao mercado.

Para além do aspecto da composição metodológica, o uso dessas medidas como referência das políticas sociais pode conduzir a escolhas restritivas, pois o olhar da medida é dirigi-

do para a capacidade individual e não societária em que processa o fenômeno da pobreza ou da exclusão social.

Em contextos de altas desigualdades sociais como é o caso brasileiro, a presença ou a conquista de direitos a acessos básicos, como saúde, habitação, saneamento, educação, assistência social, esporte, lazer fazem grande diferença na medida das condições de vida. Ou seja, trata-se de combinar condições individuais de vida com acessibilidades coletivas territoriais.

Tendo em vista a dimensão territorial do País, suas grandes desigualdades regionais e, também, a escassez de recursos a serem direcionados às políticas sociais, os critérios pelos "bolsões de pobreza" até poderiam ser justificados. Há, porém, uma grande contradição nesse tipo de critério de elegibilidade territorial justamente pelo fato de os territórios (no caso, municípios) serem considerados por índices médios e desconsiderados na sua diversidade populacional. Assim, um município de 5.000 habitantes é considerado em seu índice médio como São Paulo com seus 10,4 milhões de habitantes.

No Brasil as cidades são ainda mais conhecidas pelas suas médias e caracterizadas de forma genérica, raramente são consideradas nas suas desigualdades ou diferenças internas ou nas diversidades entre a qualidade de vida dos moradores. Trata-se de um modo peculiar de homogeneizar situações, condições de vida, populações e lugares

A questão não está na opção pelos índices (IDH, linha de pobreza, indigência, exclusão social), mas na metodologia pela qual são aplicados, desconsiderando a dinâmica social, demográfica, territorial, enfim, que perpassam as realidades das cidades brasileiras.

Para além do conhecimento já acumulado pelas cidades, hão de se ter em conta as experiências tecnológicas desenvolvidas, especialmente no que se

refere às técnicas de geoprocessamento, que permitem análises socioterritoriais em níveis cada vez mais sensíveis do ponto de vista das parcelas das cidades.

Na cidade de São Paulo, a Prefeitura Municipal, desde o ano de 2001 tem utilizado a ferramenta do Mapa da exclusão/inclusão social para definir territórios prioritários para desenvolvimento de programas, projetos e serviços de inclusão social, de políticas sociais.

Assim, os distritos com maior grau de exclusão social foram escolhidos como prioritários para programas de transferência de renda, como o renda mínima, bolsa-escola, renda-cidadã (com aporte de trabalho socioeducativo). A metodologia também serviu de base para o estabelecimento dos 21 Centros de Educação Unificados (CEU).

MAPA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

Trata-se de uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, sob coordenação da professora Aldaiza Sposati, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Pólis, onde são identificadas as discrepâncias e as condições de exclusão e inclusão social dos territórios da cidade, a partir de um padrão básico de inclusão social definido coletivamente. Com o apoio da Fapesp, hoje essa pesquisa é desenvolvida no âmbito do Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais (Cedest), sob a mesma coordenação e parcerias.

Sem informações da realidade não se elaboram diagnósticos efetivos, não se criam parâmetros avaliativos, não se constroem indicadores, não se traz à tona a complexidade das condições de vida dos moradores. No caso brasileiro, conhecer a cidade significa confrontar-se com a concretude da lógica excludente com que tem convivido a sociedade brasileira ao longo de sua história

Portanto, o instrumento por si só ou a opção por determinados índices de pobreza, indigência, exclusão ou vulnerabilidade para a definição de prioridades da gestão pública pouco podem expressar do caráter residual ou mais totalizante da ação pública. Há de se verificar o alcance de tais instrumentos e seus impactos no cotidiano da vida das populações envolvidas no processo e consideradas 'vulneráveis', 'excluídas', 'pobres', 'indigentes'.

Os territórios de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social são desiguais entre si e as relações comunitárias, institucionais variam de forma a exigir ainda que, em uma área restrita, como um bairro ou uma favela, ações igualmente diferenciadas que levem em consideração estas desigualdades internas. Aqui, sem dúvida, o refinamento das técnicas de geoprocessamento associadas ao conhecimento da dinâmica social local podem contribuir para a qualificação das políticas públicas.

Embora o tema do combate à pobreza tenha ganhado centralidade nos

últimos anos no Brasil, a opção pela focalização como forma de gestão das políticas sociais em nível nacional produziu resultados pouco efetivos no combate às desigualdades sociais. Os territórios eleitos como prioritários na execução de programas sociais os mais diversos foram considerados como um conjunto de necessidades individuais a serem satisfeitas a partir de um corte de renda individualizado na forma de meio salário mínimo *per capita*.

As experiências de estratégias de gestão de cunho focalizador vêm demonstrar que faz-se necessário superar o caráter residual da política pública na direção de uma perspectiva cidadã da universalização dos direitos, e que o significado dessa superação vai além de fazer uso de novos instrumentos ou de simplesmente somar o que se encontra pulverizado.

Por sua vez, experiências locais baseadas em uma contratualidade social mais alargada de garantia de direitos vêm demonstrar que a factualidade dessa inversão tem uma relação direta com o processo pelo qual se estabelece essa contratualidade. Neste caso, os próprios instrumentos de gestão supõem a perspectiva de parceria e participação da população e o envolvimento do corpo técnico das organizações parceiras, de forma a concretizarem a direção política planejada. Ou seja, trata-se do desencadeamento de um processo não somente administrativo, mas também pedagógico e participativo da gestão pública.

Dirce Koga é assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP, pesquisadora do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, do Centro de Desigualdades Socioterritoriais (Cedest) e coordenadora de curso de Gerência Social – convênio INDES/ SAS – Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo. Autora do livro *Medidas de cidades – entre territórios de vida e territórios vividos*, São Paulo, Cortez, 2003.

A pobreza na agenda pública no Brasil

Rosana Magalhães

O crescimento (e resultados) econômico não gerou bem-estar coletivo, antes abriu um leque de formas variantes de pobreza que nem resíduos industriais. A "nova pobreza", soma de muitos significados, encontra, no momento, aqui e ali, alternativas de inclusão das vítimas desse "círculo perverso" que degrada o trabalho e exclui até quem trabalha

A emergência da pobreza e, também, da desigualdade social como dilemas e obstáculos a serem superados está ligada à ruptura do padrão de coesão social tradicional. Até o século XVIII os pobres eram vistos como abençoados por Deus e a pobreza era considerada algo inevitável e, até mesmo, uma condição desejável. A economia de mercado – este "mecanismo institucional radicalmente novo" de que fala Polanyi (2000) – e as tensões ligadas à consolidação da condição salarial forjam novos horizontes para o debate político e social em torno da pobreza. Na Inglaterra, primeira grande nação industrial, o paradoxo do crescimento da produtividade e agravamento das situações de privação ao longo do século XIX impulsiona a busca de novas abordagens e estratégias públicas capazes de redefinir o estatuto social dos pobres, estimular o assalariamento e evitar o ócio e a mendicância. Enquanto indivíduos "livres e iguais" inseridos prioritariamente no mercado de trabalho, os pobres deixam de ser uma população indiferenciada e passam a ser segmentados e discriminados por meio de critérios, em geral, morais e estigmatizantes (Himmelfarb, G :1988).

Nesta direção, a atenção pública é direcionada aos chamados "pobres meritórios" ou seja, aqueles indivíduos

os incapazes de trabalhar e garantir sua própria subsistência como, por exemplo, órfãos, viúvas e doentes. Dentro do credo liberal hegemônico no período, a perspectiva era, portanto, conformar a intervenção estatal a fim de amenizar as privações dos pobres 'dignos', punir a pobreza voluntária dos vagabundos e ociosos e fortalecer a responsabilidade individual pelas condições de vida.

Tal interpretação do fenômeno da pobreza, porém, irá mostrar-se cada vez mais problemática. As lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores e a expansão dos direitos civis e políticos deram maior visibilidade aos limites da ação residual do Estado em torno da pobreza e da desigualdade social. Na medida em que não foi possível equacionar as desigualdades sociais geradas no processo de produção capitalista, novos atores políticos vocalizaram demandas de integração e forjaram alternativas para a expansão do direito à proteção social. Como mostra Esping Andersen (1991), ainda que não seja possível associar nenhuma variável isolada ao surgimento de políticas sociais com formatos mais universalistas, sem dúvida a noção de direitos de cidadania e o contexto de reconstrução da solidariedade social no pós-guerra nos anos 40 e 50 do século XX configuraram elementos importantes



Há um razoável consenso entre pesquisadores e estudiosos sobre o tema da pobreza no Brasil, sobre a persistência em nossa história econômica e social de um circuito perverso no qual o crescimento econômico não resulta em melhoria das condições de vida e, tampouco, em superação das desigualdades sociais

Lézio Custódio Junior, União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO), que recebeu Menção Honrosa charge 11º Salão Universitário de Humor de Piracicaba UNIMEP/2003

para a compreensão do processo de consolidação de uma nova perspectiva de seguridade. Para Rosanvallon (1995), na perspectiva do *Welfare State* a questão social vai ser equacionada através de um certo arranjo entre o princípio de responsabilidade dos indivíduos com o trabalho e o princípio de solidariedade mútua mediante contribuições financeiras para uma política social voltada ao conjunto da população.

A 'NOVA POBREZA': A CRISE DA PROTEÇÃO SOCIAL BASEADA NOS DIREITOS DO TRABALHO

A partir de 1970 a crise da sociedade salarial, o desemprego estrutural e os limites da intervenção do Estado ante as novas situações de vulnerabilidade irão impor uma redefinição da proteção social na maioria dos países. A dificuldade de o jovem ingressar no mercado de trabalho, as novas exigências de qualificação profissional, o crescimento de famílias monoparentais e, portanto, o surgimento de uma tra-

jetória heterogênea de privação e crise de suportes e redes sociais, sem uma revisão do perfil da intervenção pública, tornam-se problemas de difícil solução. A chamada "nova pobreza" que envolve não só a destituição material mas a perda permanente do trabalho como fonte de identidade, auto-estima e inserção social para grupos antes protegidos inaugura uma situação perturbadora e complexa em que está em jogo um retorno ao tratamento da pobreza como algo natural ou residual. Trata-se, na verdade, de um momento de inflexão histórica quando emerge um espaço aberto para a construção de um novo pacto de cidadania e para o desenho de políticas públicas.

O DEBATE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Há um razoável consenso entre pesquisadores e estudiosos sobre o tema da pobreza no Brasil, sobre a persistência em nossa história econômica e social de um circuito perverso no qual

o crescimento econômico não resulta em melhoria das condições de vida e, tampouco, em superação das desigualdades sociais. Para Ricardo Henriques (2001) "o crescimento econômico perseguido como um fim em si mesmo" representa, na verdade, um sério obstáculo à erradicação da pobreza. Ainda que entre 1970 e 2000 seja possível evidenciar uma queda expressiva da pobreza rural e do número absoluto de Pobres no País, são quase nulos os impactos redistributivos dos diferentes planos econômicos implementados. Ao mesmo tempo, nas metrópoles cresceu o fenômeno da miséria e da indigência. Segundo Sonia Rocha (1995) os pobres metropolitanos passaram de um total de 26,4% em 1981 para 29% em 1990 e, os indigentes, de 17% para 20,6% no mesmo período.

Nos anos seguintes, sobretudo entre 1993 e 1995 o Plano Real e a estabilização da moeda reduziram a pobreza no conjunto das regiões do País. O aumento real de renda para os mais pobres foi significativo e mesmo os que não conseguiram ultrapassar a linha monetária da pobreza, experimentaram melhores condições de consumo em virtude do controle dos preços e da inflação. No entanto, tais impactos aos poucos foram sendo diluídos pela manutenção das tendências de redução da renda do trabalho, do desemprego, da concentração da renda e da precariedade dos serviços básicos. Há também um crescimento da informa-

O Bolsa Família traz como inovações a possibilidade de transferir renda para famílias pobres sem filhos ou indivíduos biologicamente vulneráveis e a utilização de um cadastro único como ferramenta para a definição da população beneficiária

lidade nas relações de trabalho, e da exclusão dos trabalhadores com menor escolaridade, processos que tendem a atingir de maneira mais drástica mulheres e negros. Neste panorama, cabe perguntar: qual seria a agenda de mudanças e reformas necessárias no cenário das intervenções públicas de combate à pobreza no País? Como o atual governo, tem enfrentado o dilema da reconfiguração da questão social? Quais são as estratégias capazes de maximizar o investimento político e social voltado à superação das iniquidades sociais evitando a 'naturalização' da pobreza e a estigmatização dos pobres?

Na verdade, é preciso reconhecer que desde os anos de 1980, o debate e a implementação de políticas sociais vêm pavimentando uma nova trajetória no âmbito do combate à pobreza. Perante o diagnóstico recorrente da falta de foco, centralização decisória, clientelismo e debilidade institucional das políticas sociais várias iniciativas buscaram incorporar a perspectiva da equidade e a noção de direito de cidadania em seu desenho operacional. A articulação entre as três esferas de governo, as medidas para a redução das práticas clientelistas, a combinação de políticas compensatórias e estruturais de combate à miséria e a construção de novas arenas de negociação e cooperação visando a garantia da intersetorialidade e da participação social, evidenciam novos caminhos trilhados. São

vários os erros e acertos, ambigüidades e dilemas que conformam este processo. Sem ter edificado um padrão de proteção social amplo, universal e solidário o País vive a tensão da crise do trabalho aliada ao acúmulo histórico das desvantagens sociais e da exclusão. O desafio, portanto, é imenso. Todavia há um importante aprendizado capaz de promover mudanças, instituir políticas mais transparentes e contribuir para a ampliação da qualidade de vida do conjunto da população brasileira.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REINVENTANDO ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO SOCIAL?

Implementado pelo Governo Lula em 2003, o Programa Bolsa Família é uma iniciativa de transferência de ren-

da destinada às famílias com renda *per capita* de até 100 reais. As famílias cuja renda se encontra abaixo de 50 reais recebem o benefício de 50 reais, mais 15 reais por cada filho até 15 anos, gestante ou nutriz amamentando filho até 6 meses. As famílias com renda entre 50 e 100 reais, recebem 15 reais por filho até 15 anos, gestante ou nutriz. Em relação aos programas de transferência de renda anteriores implementados por diversos municípios e pelos governos estaduais e federal desde 1995 o Bolsa Família traz como inovações a possibilidade de transferir renda para famílias pobres sem filhos ou indivíduos biologicamente vulneráveis e a utilização de um cadastro único como ferramenta para a definição da população beneficiária. Agregando as críticas à



Carlos Carvalho

Diante das resistências inevitáveis a um novo modo de enfrentar a pobreza é preciso, assim, fortalecer instâncias permanentes de negociação e cooperação entre Estado e sociedade civil nos diferentes momentos do processo decisório

tradicional superposição de clientelas e à má focalização das ações de combate à pobreza, o programa busca romper com a heterogeneidade das iniciativas e consolidar uma estratégia nacional e unificada de renda mínima capaz, no entanto, de articular e responsabilizar as três esferas de governo (Lavinas, L: 1999). Ao mesmo tempo, reatualizando e expandindo a perspectiva de ampliar o acesso aos direitos sociais de saúde, educação e inserção ocupacional, são exigidas contrapartidas dos beneficiários como a frequência escolar, o acompanhamento nutricional na rede básica de saúde e a participação em ações de capacitação profissional.

Ainda que estudos realizados em alguns municípios do País indiquem processos muito distintos de captação, cadastramento, seleção e acompanhamento de beneficiários para o programa Bolsa Família, ligados a variações na capacidade técnica e político-institucional e às fragilidades nas estruturas de incentivo para a adesão nos diferentes contextos locais de implementação, a gestão compartilhada contornando disputas e antagonismos entre as esferas de governo pode consolidar um compromisso comum em torno de ações emancipatórias. Sem dúvida, como apontado anteriormente, a intervenção social no contexto contemporâneo impõe a previsão de uma grande diversidade de respostas aos problemas da pobreza e da vulnerabilidade dos grupos sociais. Intervenções

burocráticas, clientelistas e particulistas apenas tornam mais perversas as condições de existência entre os pobres. Ao contrário, a convergência de iniciativas e a progressiva articulação entre as fontes de recursos administrativos, financeiros e humanos no combate à pobreza e à desigualdade contribui, fortemente, para a inserção dos beneficiários em circuitos virtuosos de bem-estar. Realizados os investimentos prioritários para o aumento do valor monetário dos benefícios, garantia de acesso a serviços de saúde e educação, geração de emprego e renda, e ampliação do capital social, é possível construir uma política social integradora. Diante das resistências inevitáveis a um novo modo de enfrentar a pobreza é preciso, assim, fortalecer instâncias permanentes de negociação e cooperação entre Estado e sociedade civil nos diferentes momentos do processo decisório. Evidentemente, tal perspectiva precisa ainda estar associada a uma nova regulação dos recursos sociais na direção do desenvolvimento econômico e social integrado e sustentável. Neste sentido, embora não seja possível anunciar impactos concretos, mas talvez a presença de algumas condições sociais e políticas fundamentais para o alcance de resultados, é importante considerar a existência de um novo horizonte na luta coletiva para superar os efeitos sociais da degradação do trabalho e do aumento da exclusão social no País.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Polanyi, K. *A grande transformação*. RJ, Ed. Campus, 2000
- Himmelfarb, G. *La idea de la pobreza*. México, Fondo de Cultura, 1988
- Esping-Andersen, G. "As três economias políticas do Welfare State". *Lua Nova*, n.24, setembro, 1991
- Rosanvallon, P. *La Nouvelle Question Sociale*, Paris, Seuil, 1995
- Henriques, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*, RJ, IPEA, 2001
- Rocha, S. "O desafio dos números" in *Governabilidade e Pobreza*, FGV, 1995
- _____. *Pobreza, afinal do que se trata?* RJ, FGV, 2003
- FONSECA, A.M.M & Souza, A M. "O debate sobre renda mínima", em *Perspectiva*, SP, Fundação SEADE, n.4, 1997, pgs 22-32
- LAVINAS, L. "Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil", in *Desigualdade e pobreza no Brasil*, RJ, IPEA, 2001
- _____. "Renda mínima: práticas e viabilidade". *Novos Estudos Cebrap*, n.53, mar 1999, pgs 65-83
- _____. Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: O estudo de caso do programa Bolsa-Escola do Recife". In *Dados*, vol 43, RJ, 2000

Rosana Magalhães, pesquisadora associada do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz.

O combate à pobreza no cenário brasileiro

— interfaces com a Segurança Alimentar e Nutricional

Luciene Burlandy

"O governo brasileiro recém-eleito (2003) definiu como uma de suas prioridades o combate à fome e à pobreza. Este texto recompõe este processo e discute as tendências mais gerais da dinâmica governamental atual expressas no Programa Fome Zero (PFZ), apontando possíveis inovações em relação às propostas e iniciativas anteriores"

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA NA TRAJETÓRIA NACIONAL

A pobreza é um fenômeno multidimensional e seu enfrentamento exige que sejam implementadas tanto medidas que alterem os determinantes estruturais do problema, quanto intervenções de curto prazo, eminentemente compensatórias e emergenciais, que aliviem situações agudas de privação. No curso de experiências de combate à pobreza, em diferentes países, algumas ações se sobressaem pelo seu caráter estratégico, tais como: crescimento econômico; desenvolvimento rural com criação de empregos e redução do

preço de alimentos; investimento em infra-estrutura, que adicione recursos físicos aos domicílios mais pobres e amplie a capacidades de troca; políticas sociais que promovam saúde e educação (particularmente educação básica para mulheres); e capital social, tais como, redes de proteção que atinjam tanto aqueles em situação de pobreza crônica quanto aguda (Thorbecke, 1999; Schartz & Corbacho, 2002). Além deste conjunto de intervenções possíveis contra a vulnerabilidade social destacam-se desde a década de 1970 os programas de renda mínima.

No Brasil a assistência aos pobres desde 1970 vem sendo fortemente marcada por programas de caráter assistencial como a distribuição de alimentos. Propostas de imposto de renda negativo como estratégia de combate à pobreza remontam à década de 1970, mas só a partir de 1991 o debate em torno do tema ganha destaque com a apresentação de um projeto de lei a fim de assegurar renda mínima a pessoas adultas, maiores de 25 anos, cujos rendimentos mensais fossem inferiores a 2,6 salários mínimos (Suplicy et al., 1996; 1999). Ainda que não tenha sido implementado nacionalmente, o projeto foi aprovado no Senado

e suscitou diferentes iniciativas municipais.

A transferência direta de renda vem apresentando potencialidades no que se refere à possibilidade de aumento do consumo por parte da família e ao estabelecimento de uma relação mais direta entre Estado e Cidadão, ou seja, não mediada por políticos e, portanto, menos sujeita a caracterizar-se como troca de favores. Além disto, a autonomia no uso da renda faz com que o beneficiário tenha poder de escolha em torno de suas preferências e possa comprar os produtos na localidade onde mora, gerando empregos e renda revertida em impostos para o município (Ramos, 1994; Suplicy et al., 1996).

Ao instituírem como contrapartida a exigência de manutenção das crianças nas escolas e dos adultos em programas de capacitação, que não sejam formas travestidas de emprego desqualificado (a baixo custo), programas de renda mínima potencialmente contribuiriam para processos de integração social. Sendo assim, poderiam constituir-se numa estratégia de articulação entre projetos compensatórios e políticas estruturais (educação) equilibrando a universalização com a focalização (Junior, 2000).

Na década de 1990, após um período de forte esvaziamento técnico e político das instituições de política social (1990-1993), renovam-se as estratégias destinadas aos grupos vulneráveis, a partir de uma confluência de processos que ocorreram tanto no plano da sociedade civil, quanto do novo governo que então se instala.

A intensa mobilização social vivida desde os anos 1980, após vinte anos de ditadura militar, foi um marco em torno da construção de propostas para o enfrentamento da questão social, envolvendo diferentes movimentos sociais. O Movimento pela Ética na Política (MEP), que deu raízes à formação da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida em março de 1993, constituem esforços de recuperação de uma ação política ética, solidária e cidadã. Em 1993, o combate à fome é eleito prioridade nacional por parte do governo federal e elabora-se um plano de ação em que são previstas estratégias de maior eficácia dos programas a partir de princípios como intersetorialidade, parcerias Estado e Sociedade, descentralização e controle social por intermédio de Conselhos e Comissões formados por representantes de diferentes setores de governo e sociedade. Essa prioridade é concretizada em parte pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), criado como órgão de aconselhamento da Presidência da República. Este conselho reunia representantes do governo e da sociedade, que desenvolviam ações no campo de alimentação e nutrição e discutiam prioridades e estratégias de intervenção.

O Consea possibilitou uma ampliação do debate em torno da Segurança Alimentar e reforçou a progressiva ampliação do conceito que já vinha ocorrendo. A Segurança Alimentar passa a ser compreendida como um

Ao instituírem como contrapartida a exigência de manutenção das crianças nas escolas e dos adultos em programas de capacitação, que não sejam formas travestidas de emprego desqualificado (a baixo custo), programas de renda mínima potencialmente contribuiriam para processos de integração social

componente decisivo de governo na redução das desigualdades sociais.

Durante o período de 1995-2003, a questão da Segurança Alimentar e Nutricional deixa de ser tratada como eixo estratégico de desenvolvimento e dá lugar ao combate à pobreza como alvo importante do governo, com o programa Comunidade Solidária. Esta teve como objetivo promover a articulação e inserção dos ministérios numa proposta de combate à pobreza, garantindo que os programas por eles desenvolvidos fossem prioritariamente direcionados aos municípios e grupos populacionais mais pobres do País. Ao convergir um conjunto de programas para os municípios, pretendia-se potencializar-lhes os efeitos, evitar superposição das ações e alocar recursos com critérios mais transparentes (BRASIL, 1996; Peliano et al, 1996). O Comunidade Solidária pautou-se sob princípios semelhantes ao Plano de Combate à fome do governo anterior (interseitorialidade, parceria, controle social). No entanto, a desvinculação com o tema da Segurança Alimentar e Nutricional é clara, pela própria extinção do Consea e edição do Conselho da Comunidade Solidária que tornou-se, na prática,

ca, o braço societário, implementando programas próprios em parceria com a sociedade civil.

O PROJETO FOME ZERO: REFAZENDO CAMINHOS

No cenário político mais recente do País, quando um novo governo se instala (2003) estabelecendo como prioridade nacional o Combate à Fome diversas questões se apresentam para a análise dos possíveis avanços e desafios ante as experiências já desenvolvidas no País em outras conjunturas. Ainda que a temática do Combate à Fome tenha sido neste momento a face principal do discurso governamental, o que sintetiza as principais estratégias para o alcance desse objetivo chama-se *Projeto Fome Zero*: uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil (Instituto de Cidadania, 2001). O *Fome Zero* consiste numa proposta de Política de Segurança Alimentar e Nutricional e abarca ações de diferentes setores de governo (saúde, educação, trabalho, agricultura, dentre outros), conjugando medidas emergenciais (bancos de alimentos, restaurantes populares) e proposta voltadas para condicionantes mais estruturais do problema (apoio à agricultura familiar, apoio à produção para auto-consumo, ações de educação alimentar, cestas básicas, transferência de renda para famílias pobres). A dimensão emergencial do Projeto freqüentou mais intensamente os meios de comunicação no primeiro ano de implementação, ainda que o próprio Presidente da República reafirmasse constantemente não se tratar de uma campanha temporária de combate à fome, mas de um programa permanente de Segurança Alimentar (Grossmann, 2003). Dilemas semelhantes aos que foram postos para políticas sociais anteriormente



Luciano Veronezi, Universidade Metodista de Piracicaba 2º lugar charge 11º Salão Universitário de Humor de Piracicaba UNIMEP/2003

FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR ABAIXO DA LINHA DA POBREZA

	Famílias (1.000)		Taxa (% ^{aa})
	1995	2001	
BRASIL	8.341,8	9.998	3,1
METROPOLITANO	1.646,2	2.429	6,7
URBANO NÃO METROPOLITANO	3.981,1	5.148	4,4
RURAL	2.714,6	2.421	-1,9

Fonte: PNADs do IBGE

implementadas se recolocaram e investimentos diferenciados foram feitos.

O *Projeto Fome Zero* vem mobilizando o apoio tanto da comunidade nacional, onde diversos setores da sociedade têm respondido aos desafios postos pelo governo de forma extremamente positiva, quanto internacional, expresso na atitude da relatoria especial da ONU sobre Direito à Alimentação que já menciona a possibilidade de projeção do programa em escala mundial (Marques, 2003).

As semelhanças com experiências anteriores de fato se constatam, como a prioridade de combate à fome estabelecida já por outros governos, a redenção de um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, a mobilização da sociedade, etc. O *Fome Zero* também conta com um braço societário como a Comunidade Solidária, ainda que com especificidades claras. O Mutirão contra a Fome tem como objetivo organizar e direcionar a participação da sociedade, incluindo três frentes de ação: campanha de doações de alimentos, campanha de doações em dinheiro e formação de grupos de voluntários.

Como tendência mais ampla do novo governo percebe-se: o investimento estratégico em programas de transferência de renda que foram todos unificados em um só programa, além de uma reaproximação entre as temáticas do combate à pobreza e a Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo o combate à fome. Isto pode

O Projeto Fome Zero vem mobilizando o apoio tanto da comunidade nacional, onde diversos setores da sociedade têm respondido aos desafios postos pelo governo de forma extremamente positiva, quanto internacional, expresso na atitude da relatoria especial da ONU sobre Direito à Alimentação que já menciona a possibilidade de projeção do programa em escala mundial (Marques, 2003)

ser em parte identificado pela retomada do Consea (em 2003) composto de 2/3 de representantes da sociedade e 1/3 do governo, incluindo os diferentes ministérios ligados ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional pela criação em 2004 do *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome* (MDS), criado com o objetivo de fortalecer a intersectorialidade das ações de inclusão social do governo. Este Ministério assume a gestão dos seguintes programas e ações: *Programa Bolsa Família* que, unifica os programas de transferência de renda do governo federal (Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás); *Cadastro Único* para a unificação dos cadastros desses programas; *Ações de assistência social*, serviços de ação continuada de proteção à família, a crianças, adolescentes, idosos, deficientes; programa de erradicação do trabalho infantil, proteção sócio assistencial da juventude e combate à violência e ao abuso sexual contra a criança e o adolescente; *Ações de segurança alimentar e nutricional* pela aquisição de alimentos da agricultura familiar; por convênios com pequenos produtores para consumo institucional por meio programas já existentes como alimentação escolar, assistência com creches, orfanatos, asilos; pela distribuição de cestas básicas para famílias em situação de risco emergencial por enchentes, seca; restaurantes populares, ações de educação alimentar, construção de cisternas, constituição de consórcios de Segurança Alimentar e Nutricional, dentre outros.

Além disto, cabe destacar que a dinâmica de relação Estado e Sociedade nesta conjuntura é diferenciada. Houve nestes dois últimos anos uma multiplicação de instâncias de controle e participação social nos estados e municípios, ligadas ao combate à pobreza e

à Segurança Alimentar e Nutricional (temas que passam a caminhar juntos). Neste sentido crescem os espaços de participação dos movimentos da sociedade civil organizada. No entanto, o impacto deste processo na qualidade de implementação das ações ainda está em aberto. A temática do Direito Humano à Alimentação também ganha um fôlego diferenciado nesta conjuntura. No Brasil, como parte das ações da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DhESC Brasil), consolidada a partir de 2002, foi instituído o projeto de relatores nacionais nas áreas de Saúde, Educação, Moradia, Terra, Meio Ambiente e Trabalho, Alimentação, Água e Terra Rural. Além disto foi também instituída a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República que vem promovendo a construção de um Sistema Nacional de Direitos Humanos.

O momento histórico é, portanto singular, pela dimensão do apoio dado pela sociedade ao Presidente, expresso nas urnas, e também pelo tratamento que o governo vem conferindo à esfera econômica, ou seja, no lugar de uma ditadura da economia, defende-se acima de tudo sua requalificação enquanto instrumento a serviço de objetivos sociais mais amplos. A busca por mudanças na ordem econômica, tanto no plano nacional como internacional, numa direção mais eqüitativa,² sinaliza a intenção de trilhar um caminho mais árduo, mas de igual modo mais eficaz para concretizar a prioridade social, ou seja, através da produção de acordos em torno da meta de crescimento econômico com eqüidade. Este objetivo será viabilizado, por um lado, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado para tal, que se constitui como arena de pactuação e, por

A busca por mudanças na ordem econômica, tanto no plano nacional como internacional, numa direção mais eqüitativa, sinaliza a intenção de trilhar um caminho mais árduo, mas de igual modo mais eficaz para concretizar a prioridade social, ou seja, através da produção de acordos em torno da meta de crescimento econômico com eqüidade

outro, pelas reformas, tributária, previdenciária e política, instituídas no Congresso Nacional, instância que de fato representa a sociedade e por onde tramitam e são legitimados os caminhos da mudança.

A expressão destas intenções numa política econômica de fato diferenciada é, no entanto, um difícil caminho a ser trilhado. Particularmente no que se refere às interfaces entre Segurança Alimentar e Nutricional e combate à pobreza, o atual Consea destaca-se dos demais Conselhos Consultivos de âmbito nacional que o precederam por dispor de potencial expressivo para tal, seja pela sua composição, seja por sua estrutura de funcionamento. O salto de qualidade em direção a mudanças mais estruturais depende em grande medida de sua articulação e interface nos espaços decisórios no campo econômico.

BIBLIOGRAFIA:

- BRASIL., 1996. *Comunidade Solidária: todos por todos*. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Casa Civil, Programa Comunidade Solidária.
- Castel, R., 1998. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Davis, B., 2002. A experiência de intervenções de transferência de renda no México rural: evidências dos programas PROGRESSA e PROCAMPO. In: *Combate à fome e à pobreza rural* (Takagi, M.; Silva, J.G.; Belik, W. (org.), pp 91-107. São Paulo: Instituto de Cidadania.
- Grossmann, L.O., 2003. *Lula lança Fome Zero: Vamos pôr fim à humilhação das cestas básicas*. Jornal do Brasil, 31 de Janeiro de 2003.
- Junior, O. A. S., 2000. *Programa Bolsa escola - educando para a cidadania*. In: *Parcerias e Pobreza: Soluções locais na implementação de políticas sociais* (Camarotti, I. & Spink, P.), pp 11-34. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Marques, H., 2003. *ONU quer exportar programa de Lula*. Jornal do Brasil, 5 de Fevereiro de 2003
- Paes de Barros, Camargo, J.M. & Mendonça, R., 1993. *Uma agenda de combate à pobreza no Brasil. Perspectivas da economia brasileira* 2:117-129.
- Peláez, A.M.T.M; Rezende, L.F.L; Beghin, N., 1996. *O Comunidade Solidária: uma estratégia de Combate a Fome e a Pobreza*. Revista de Planejamento e Políticas Públicas Brasília: 12: 19-38.
- Ramos, C.A., 1994. *O programa de garantia de renda mínima*. Texto para discussão 357. Rio de Janeiro; IPEA.
- Suplicy, E., 1999. *Uma proposta contra a pobreza*. In *Problemas Brasileiros*. http://200.231.246.32/sesc.../artigo.ctm? id_artigo=635&id_edicao=16&textobusca=pobreza 26/09/00.
- Thorbecke, E., 1999. *Evaluation of Poverty -Alleviation Impact of Alternative Development Strategies and Adjustment Responses in Africa and Asia*. Washington: World Bank.
- Schwartz, G & Corbacho, A., 2002. *México: experiences with Pro-poor expenditure Policies*. International Monetary Fund Working Paper.

NOTAS

- 1-2 Como expresso no discurso presidencial proferido no Fórum Econômico Mundial, Davos, Suíça, 26 de Janeiro de 2003, cuja íntegra está disponível em: www.jb.com.br. Jornal do Brasil, edição 27 de Janeiro de 2003.

(In)Segurança alimentar e nutricional

Francisco Menezes

Um relato de avanços/recuos/avanços das tentativas na direção de uma política de segurança alimentar.

O Autor é assim que nem um visitante meio cansado de viagem a enumerar as peripécias de ainda querer avançar no rumo desejado porque é possível alcançá-lo e os sinais são simpáticos

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) conservou muitos dos conselheiros do mandato anterior, mas incorporou novos nomes na representação da sociedade civil. A distribuição regional melhorou muito nesta nova composição. O Nordeste, por exemplo, agora possui uma representação condigna com sua importância. Com essa distribuição estamos resgatando pessoas de diferentes regiões do País, onde temos quadros extremamente capacitados. Assim, o novo conselho poderá trazer a realidade do dia-a-dia desses lugares. Nós já conhecemos a diversidade do País pela sua dimensão. Mas, para se pensar em uma política nacional de segurança alimentar e nutricional é preciso reconhecer as diferenças regionais.

Reconhecemos também que é importante dar uma vida mais continua ao Conselho. Além da reunião mensal dos conselheiros com os ministros e representantes, vamos realizar uma apuração técnica daquilo que vai ser discutido e apresentado nas reuniões plenárias, o que será feito pelas Câmaras Temáticas e pelos Grupos de Trabalho constituídos por conselheiros, técnicos governamentais e outros convidados. Além disso, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em março, definiu importantes diretrizes. Vamos organizar o tratamento das questões

propostas, o que contribuirá para que se institua um sistema mais consolidado de segurança alimentar e nutricional para o país.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em julho de 1994, realizou-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que deixou elementos importantes para serem trabalhados em seguida. Mas, logo depois, o governo Fernando Henrique Cardoso acabou optando por descontinuar a iniciativa. Dessa forma, o Consea foi extinto. Embora a Conferência tenha legado uma contribuição significativa para a discussão do tema, isso não se pôde traduzir em algo mais concreto.

A sociedade civil, nos últimos dez anos, trouxe como reivindicação clara a realização de outras conferências. Foi preciso todo um processo de articulação e construção para que ditas conferências se tornassem possíveis. Isso aconteceu com a eleição do presidente Lula. O ano de 2003 foi de consolidação para o Conselho. Sobretudo foi um ano importante no sentido de garantir a realização da II Conferência Nacional.

Representantes governamentais e da sociedade civil tiveram a oportunidade de construir em conjunto as bases para uma política nacional de segurança

Outro exemplo da contribuição que o Consea pode dar está na articulação do Bolsa Família com iniciativas complementares, de forma a garantir que as famílias atendidas possam no futuro superar sua condição de miséria e dispensar essa assistência

alimentar e nutricional. Isto ocorreu em março deste ano, com a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Olinda (PE) e foi um relevante passo no combate às condições que fazem com que uma parcela da população ainda conviva com a falta de acesso a alimentos de forma regular e de boa qualidade.

PROPOSTAS DA CONFERÊNCIA

Dentre as 160 propostas aprovadas durante o encontro, cabe destacar algumas que com a efetiva participação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — órgão de consulta do presidente da República — poderão converter-se em ações e programas do governo federal. Uma delas refere-se ao estabelecimento do Plano de Safra 2004/2005 para a agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária. Os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário já esboçaram suas propostas, que deverão ser conhecidas e discutidas pelo Conselho.

Com resultados ainda parciais, pois o ano-safra 2003/2004 não se encerrou, já se conhecem dados significativos, como a liberação de 4 bilhões de reais em crédito para a agricultura familiar, volume nunca antes alcan-

çado. Dessa forma subiu de 970 mil para 1,2 milhão o número de contratos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Pretende-se agora ampliar ainda mais o alcance dessa política, bem como superar dificuldades com a demora na liberação dos recursos e com exigências de garantias muitas vezes impossíveis de ser atendidas pelos pequenos agricultores, o que retarda e dificulta a consecução dos objetivos do plano. Ao Consea caberá o acompanhamento da execução do novo plano, trabalhando para corrigir as distorções que se apresentam.

Outro exemplo da contribuição que o Consea pode dar está na articulação do Bolsa Família com iniciativas complementares, de forma a garantir que as famílias atendidas possam no futuro superar sua condição de miséria e dispensar essa assistência. Trata-se de oferecer registro civil, alfabetização, maior qualificação profissional, assistência básica à saúde, bem como garantir as crianças na escola para todas as famílias contempladas com esses programas. A Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional foi enfática nesta preocupação e a articulação, no âmbito do Conselho, de diferentes ministérios como o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o da Educação e o da Saúde, junto com representações da sociedade poderá estabelecer relevantes iniciativas nesta direção. Há ainda a necessidade de fortalecimento da Vigilância Alimentar e Nutricional, que já consegue estar presente na maioria dos municípios brasileiros, mas não alcança todo o público com o qual deve atuar. A Vigilância realiza a chamada avaliação antropométrica pesando e medindo crianças de até cinco anos, gestantes e nutrizes. Caso venha a alcançar um

grau de cobertura sobre todo o contingente da população, em que a condição nutricional ainda é freqüentemente vulnerável, teremos um mapa de extraordinária importância para a aplicação de uma série de programas e ações de segurança alimentar e nutricional. O Brasil não pode continuar tateando sobre o drama da desnutrição, apenas presumindo essa realidade. Na discussão que o Conselho deve em breve travar sobre o orçamento da segurança alimentar e nutricional, há que se buscar garantir os recursos para que nos três níveis de governo a Vigilância Alimentar e Nutricional se torne um guia efetivo para nossa política.

No Brasil, os mais atingidos por uma situação contínua de insegurança alimentar são os que se encontram em condições sociais mais vulneráveis. Isso porque, entre outras razões, a boa alimentação ainda é cara e as informações necessárias para essa boa alimentação continuam pouco acessíveis aos mais pobres. O resultado é que o contingente mais desfavorecido da população sofre problemas de desnutrição e obesidade, de consumo em quantidade insuficiente para o que necessita e com graus elevados de contaminação dos alimentos, entre tantas outras dificuldades com que se depara.

Assim, é absolutamente pertinente associar a luta contra a fome com a busca de garantia de uma alimentação sadi, adequada e saborosa, desmentindo o argumento de que a prioridade agora é assegurar o acesso aos alimentos para todos, deixando para depois os cuidados com a qualidade desses alimentos. Diante desta situação, as políticas públicas vinculadas à segurança alimentar precisam pensar esta dupla finalidade de acesso aos alimentos para todos e com qualidade e adequação nutricional.

Assim, é absolutamente pertinente associar a luta contra a fome com a busca de garantia de uma alimentação sadia, adequada e saborosa, desmentindo o argumento de que a prioridade agora é assegurar o acesso aos alimentos para todos, deixando para depois os cuidados com a qualidade desses alimentos

Estes e muitos outros desafios estão dados. As prioridades manifestadas no *Fome Zero* devem encontrar seu campo de realização na prática inter-setorial que o Consea enseja, ao reunir diferentes ministérios e setores da sociedade em torno de um objetivo comum. Propondo diretrizes para uma política de segurança alimentar e nutricional ao presidente da República, criam-se melhores condições para tornar realidade um país no qual o direito humano à alimentação de qualidade e adequada é princípio básico de afirmação da cidadania para todos.

O objetivo do presidente Lula, corajosamente manifestado desde antes da sua posse, de enfrentar de forma vigorosa os problemas da fome e da segurança alimentar no País, é viável dentro do nosso entendimento. A vontade política que nos transmite o presidente, o emprego de medidas apropriadas para tal e a mobilização da sociedade são elementos essenciais para isso. Precisamos superar, na prática, a idéia equivocada de que o social está irremediavelmente subordinado ao econômico. Somente a compatibilização dessas duas dimensões, dentro do objetivo de um desenvolvimento com equidade e que, junto

AS DIMENSÕES DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Uma política de segurança alimentar abrange algumas dimensões integradas. A primeira dimensão diz respeito às intervenções na esfera da produção de alimentos, rural ou urbana, desde a produção para autoconsumo pelas famílias rurais, passando pela produção mercantil de matéria-prima ou produtos *in natura*, e englobando os alimentos preparados e refeições.

A segunda dimensão trata do acesso aos alimentos e inclui as ações no campo do abastecimento e comercialização. Já a terceira relaciona-se ao consumo, incluindo a educação alimentar, a educação para o consumo sustentável e a organização dos consumidores. A quarta dimensão de uma política de segurança alimentar é constituída pelos programas de distribuição de alimentos em caráter suplementar ou emergencial dirigidos a determinadas parcelas da população.

Além disso, segurança alimentar envolve um outro aspecto que é a competitividade do País no mercado externo. Em todo o mundo realizam-se ações para integrar o comércio, diminuindo as barreiras tarifárias. Por outro lado, também ocorre uma resposta de elevação das barreiras não-tarifárias, particularmente barreiras técnicas de comércio. As economias mais fortes tendem a tornar-se cada vez mais restritivas para proteger seus mercados, apesar dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse contexto de interesses comerciais a exportação de alimentos torna-se vulnerável, pois está relacionada diretamente aos perigos para a saúde dos consumidores. Desta forma, o mais importante é dispor de um sistema de garantia da inocuidade dos alimentos, antecipando ações para adequar os produtos.

Fonte: Site do Fome Zero e Ital (Instituto de Tecnologia de Alimentos)

com as metas econômicas, comprometa-se com claras metas sociais, poderá assegurar isso, logrando os fins que justifiquem a existência do Conselho.

O desafio é grande, e cabe a nós, agora, arregaçar as mangas para o trabalho que nos aguarda.

Carlos Carvalho



Francisco Menezes, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) empossado no dia 12/05/04 e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Ivone Gebara

Pobreza: um mote nordestino

Inspirado pela velha política nacional de ajuda aos flagelados da seca, o grande poeta nordestino Luiz Gonzaga não se cansava de cantar acompanhado pelos dobrados de sua sanfona: *Seu doutor, os nordestinos tem muita gratidão/pelo auxílio dos sulistas nesta seca do sertão*. E, continuava com voz forte e cheia de melancolia: *Mas, seu doutor, uma esmola para um homem que é sô ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão*.¹

Destas palavras sábias, cheias de realismo e verdade só resta hoje a memória da musicalidade de sua expressão e do ritmo de sua música. Talvez, muitos possam até admitir que os versos do cantor sertanejo sejam verdadeiros, mas não mudaram efetivamente de política e não conseguem viver sem a bendita ou a maldita esmola.

A esmola tornou-se vício de grandes e pequenos, de altos empresários e de proletários famintos, de grandes empresas e de Ongs fantasmas, de igrejas e de templos que se multiplicam a olhos vistos.

A esmola está aí, solta em todo canto e mostrando-se de diversas formas e expressões. Ela substitui a dignidade, a cidadania, a liberdade e ainda obriga o pobre, mulher e homem, a ser eternamente agradecido ao pretenso benfeitor ou benfeitora.

A uns a esmola torna cativos, dependentes da vontade de outros. Controlados pelos programas não escolhidos, pelos alimentos impostos, pelo tamanho mínimo de moradia permitido, pelo número de filhos decidido por outros, são 'tornados' mulheres e homens sem vontade própria. A outros, a esmola deixa expostos nas ruas da cidade grande, perambulando em busca de um albergue para passar a noite ou de uma esquina mais abrigada. E se não encontram, ficam lá à mercê dos novos matadores de mendigos, daqueles que carregam como prazeroso troféu a eliminação incógnita dos que simplesmente vivem nas ruas porque não têm outra alternativa.

E os ricos, aqueles que acumulam bens sobre bens, aqueles que se esquecem do poder das "traças, da ferrugem" e da chegada da morte, estes precisam da esmola dada para isentar-se de impostos e receber títulos honoríficos de *Bondade socialmente reconhecida*. Tornam-se comendadores, cidadãos da cidade e muitos se auto-incensam querendo ocupar os primeiros lugares nos templos e nos banquetes.

A esmola está ai em tantos programas sociais, em tantas campanhas políticas, em tantos favores eleitorais, em tantas ações que acalmam consciências. Nem sempre tem o nome feio de esmola. Chama-se programa social disto ou daquilo. Chama-se assistência e benemerência. Chama-se misericórdia ou caridade. Chama-se até amor ao próximo.

Tornou-se um vício de quem dá e um vício para quem recebe. Tornou-se dependência de uns para com os outros. Tornou-se comportamento cultural adquirido, tranquilo, comum, ordinário. Tornou-se meu e seu "jeito brasileiro" de lidar com a pobreza. Tornou-se política de Estado e um estado da política.

Que bom ter pobres! E, que mau ter pobres!

Que incômodos são os pobres! Mesmo os que dizem amá-los sentem-se constrangidos diante de sua miserável ousadia. Os pobres são ousados, atrevidos, persistentes, chatos, sobretudo os que tiveram que baixar sua humanidade à mendicância. E, nem falo dos que se organizaram em bandos de pequenos assaltantes comendo a carne uns dos outros, ameaçando seus iguais por um ponto de venda de drogas, por um par de sandálias, por uma carteira de cigarros ou ainda por um televisor usado.

Que incômodos são os pobres!

Incomodam, quando a gente está com um amigo no bar da praia tomando cerveja e chegam os molestos pe-



dintes. Estes, não param de desfilar de mãos estendidas e com frases feitas a interromper conversas e afetos.

Incomodam quando a gente só tem aquele trocado para o ônibus e uma criança insiste em dizer que está com fome.

Irritam quando o sinal abriu, a buzina de trás se solta e o jovem ainda não acabou de limpar o vidro do carro que lhe garante o pão e o 'baseado' de cada dia.

Enraivecem quando a gente encontra na esquina uma mãe com muitos filhos, alguns emprestados da vizinha, empurrando as crianças para vender balas e chocolates nos sinais de trânsito.

Cansam quando são sempre os mesmos a pedir ou quando são novos e desconhecidos do pedaço.

Tiram-nos daqui e aparecem ali. Empurram-nos para longe e eles voltam mais numerosos que antes. Enfeiam os sítios turísticos e os cartões de visita da cidade. Estão sujos, são sem modos, têm pulgas e até percevejos. Cheiram mal. Tememos até tocar-lhes as mãos de medo de que um micrório, talvez até sarna, possa se infiltrar em nossa cândida pele. Conheci um bispo, já falecido há muito tempo, que depois de dar a mão a um pedinte se apressava em derramar álcool em suas mãos sagradas. Tinha sempre um vidrinho do precioso desinfetante no bolso. Justificava a assepsia dizendo que assim já estava se preparando para celebrar em breve a eucaristia e consagrar as puras e santas espécies de pão e de vinho.

Que molestos são os pobres!

Pobres, esmoleres do mundo para que servis?

Necessitamos de sua existência e sem vocês nada seria o que é...

O sistema capitalista precisa dos pobres e das esmolas para se manter. Se não fossem os pobres como se enriqueceriam os bancos, as multinacionais, as transnacionais? Se não fossem os pobres como haveria paraísos fiscais, roubos e lucros escandalosos, juros altíssimos, corrupção galopante? Se não houvesse pobres como haveria impunidade financeira, impunidade política, impunidade econômica, impunidade social?

Sem dúvida, precisamos dos pobres para manter a desigualdade e, há que admitir que não nos sustentamos sem a sua existência!

Pobres e esmolas são as duas faces de uma mesma moeda!

Pobres e ricos também!

Será que é só o capitalismo que precisa dos pobres?

Eu nunca quis acreditar naquela frase de Jesus *pobres sempre tereis convosco...* Tentava sempre interpretar esta fala dura e incômoda de um outro jeito. Justificava a fala de Jesus por conta do momento dramático de proximidade da morte vivido por ele. Pensava que Jesus estivesse reclamando de seus amigos e amigas um pouco mais de atenção e proximidade num momento de sofrimento intenso. Mas hoje, diante do contexto atual brasileiro e mundial, o refrão *pobres sempre*

tereis convosco volta como um mote que me incomoda e chega a fazer doer as minhas entradas marcadas por esperanças igualitárias. Por que Jesus teria afirmado isso? Será mesmo verdade?

Confesso minha perplexidade com nosso mundo, com a humanidade! Mais de dois mil anos se passaram e a afirmação de Jesus continua extremamente atual! Muita coisa mudou, o mundo está diferente, mas a verdade histórica do refrão sobre a presença crescente dos pobres abala nossas convicções.

Tive um mau pensamento teológico ... Ousei pensar que diferentes sistemas de organização econômica do passado, assim como a forma atual do capitalismo, parecem querer reafirmar de diferentes maneiras aquela velha fala de Jesus. Fazem dela seu dogma; fazem dela sua lei; fazem dela sua política; fazem dela sua construção social da realidade; fazem dela sua religião! Querem levá-la a sério, mantê-la sempre presente para que não se mude nem um acento sequer de sua grafia.

Pobres sempre tereis convosco...

Pois é, os pobres são necessidade para uma elite, para a sua própria existência e continuidade. Os pobres são necessários para nós, intelectuais defensores dos pobres... E, ao que parece, desde antigamente foi assim...

É preciso que os pobres existam para que os tomemos como pretexto para nossas boas ações, para nossa prática de justiça, para a afirmação da coerência de nossa fé e, até da bondade de nosso Deus, um deus parecido conosco, imagem nossa, cara nossa, defensor de nossos interesses...

É preciso que os pobres existam para que se organize o direito público, para que se afirmem os direitos humanos na sua diversidade e complexidade, para nutrir nossos discursos sobre cidadania.

É preciso que os pobres existam para que algumas religiões existam, para que organizem suas ações caritativas, para que tenham sua razão de ser.

Que seria do mundo sem os pobres?

Não consigo nem imaginar. Temo cair em idealismos insanos, em divagações sem fundamento, em sonhos sem nenhuma consistência real. Temo perder o pé na realidade complexa e contraditória que me sustenta. Temo até perder a razão de meu combate por um mun-

do justo! Mas, mesmo assim, não resisto à tentação de certas loucuras da imaginação ...

Não é mesmo tentador pensar como seria o mundo se não tivesse pobres, miseráveis, marginalizados, abandonados? Como seria o mundo se todos pudessem ter casa, comida, trabalho e lazer dignos? Como seria o mundo se as riquezas pudessem ser trocadas para o bem de todos? Como seríamos se não houvesse fáminas de pão entre nós?

Não eliminariamos certamente a condição humana de sofrimento, mas em algo o mundo seria diferente!

Sem pobres não haveria ricos, não haveria os grandes senhores, os grandes capitalistas, os magnatas da economia e da cultura. Sem os ricos não haveria pobres. Bastaria eliminarmos a riqueza de uma elite para que a pobreza da maioria fosse igualmente eliminada. É simples, muito simples... Mas, reconheço meus insanos pensamentos, meus fúteis desejos! Reconheço minha lógica demente e a contradição com uma lógica social elementar que é a lógica vigente... Aliás, dessa insanidade muitos viveram e vivem até os dias de hoje!

Mas, esta insanidade não pode existir. Colocaria o mundo de pernas para o ar! Preciso voltar ao real... E aí, parece que *pobres sempre tereis convosco!*

O mote da pobreza injusta insiste em ficar, em manter seu direito nas relações humanas. Que fazer?

De repente me lembro de novo do canto *Vozes da Seca* de Luiz Gonzaga e saio poeticamente do desespero. Nos versos de sua velha música tem saídas políticas lindas... Ouçamos ou leiamos o que ele diz. Quem sabe algo de novo pode ainda acontecer...

Seu doutor, dê serviço ao nosso povo / Encha os rios de barragem.

Dê comida a preço bom / Não se esqueça da açudagem,

Livre assim nós da esmola / que no fim dessa estiagem,

Ihe pagamos até o juro / sem gastar nossa coragem.

Se o dotor fizer assim / salva o povo do sertão,

E se um dia a chuva vim / que riqueza pra nação!

Nunca mais nós pensa em seca / vai dar tudo nesse chão.

Como vê nosso destino / mecê tem na vossa mão.

3

1 Música: *Vozes da seca*

Protestantismo mundial

o “novo” consenso emergente

Ralph Della Cava

O presente texto assinala os movimentos recentes de grupos hegemônicos do protestantismo mundial (particularmente estadunidense) na tentativa de construir um outro consenso baseado nos interesses corporativos e institucionais que passam longe dos clamores do povo oprimido do hemisfério Sul. A visão prospectiva desse novo ordenamento mundial do protestantismo, com suas nefastas consequências para os esforços de unidade que marcaram a vida das igrejas na segunda metade do século XX, nos é apresentada como um desafio e um alerta por um antropólogo norte-americano profundamente identificado com as dores e esperanças do povo brasileiro.

Cristãos latino-americanos progressistas — em sua maioria católicos romanos e protestantes históricos — poderão em breve se deparar com desafios ainda maiores do que os enfrentados no passado proporcionados por forças fundamentalistas¹.

Em outras partes do mundo, mas principalmente nos Estados Unidos da América, o confronto entre tradicionalistas e liberais, dentro das denominações históricas, vem se desenrolando por mais de duas décadas². Contudo, os desdobramentos da segunda metade de 2003, desencadeados pela (e só *aparentemente* restrito à) confissão anglicana, fazem com que seja perigoso continuar subestimando essas forças por mais tempo. As pressões exercidas por elas e suas implicações, como é próprio da maioria das religiões, são verdadeiramente de caráter ‘transnacional’³.

Neste exato momento, duas tendências ou vertentes são claramente discerníveis. A primeira é a crescente ruptura interna de várias denominações cristãs. Sendo uma divisão verdadeiramente multifacetada, não deve ser considerada como uma mera diferenciação (que de fato existe) entre os grupos afluentes do mundo do Atlântico Norte (no qual a Austrália e a Nova Zelândia são algumas vezes incluídas)

e seus confrades da África, Ásia e América Latina, em sua maioria mais pobres.

A outra tendência é a crescente penetração e a franca “re-apropriação” de diversas denominações históricas no Atlântico Norte por parte de adversários, até então fundamentalistas, que agora começam a formar maiorias substanciais dentro dessas mesmas confissões historicamente liberais.

Permitam-me falar de cada uma delas com certa profundidade aqui e, mais adiante, sugerir sucintamente em que formas e até que ponto esses desdobramentos podem interferir — se é que ainda não o fizeram — nas forças e denominações ecumênicas progressistas na América Latina.



Nunca antes a divergência entre Norte e Sul, há muito efervescente, mostrou-se tão patente quanto em agosto, durante a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos de 2003 (ECUSA), uma das trinta e oito províncias da comunhão anglicana pelo mundo. Como a imprensa americana e mundial então apontaram, o voto avassalador da Convenção em favor da ordenação de um padre abertamente homossexual e sexualmente ativo como

Enquanto a campanha de décadas rumo à inclusão — a admissão de mulheres e de homossexuais nas ordens e a (ainda oficialmente não-aprovada) “bênção” das uniões de pessoas do mesmo sexo — é saudada no Norte como a extensão da mensagem do Evangelho para todos, no Sul ela tem sido amplamente denunciada como sendo uma heresia

bispo da diocese de New Hampshire levou a Confissão à beira do colapso. Além disso, uma reunião altamente turbulenta com todos os trinta e oito primazes anglicanos de todo o mundo, convocada às pressas, em Londres, Inglaterra, em meados de outubro de 2003 (sob a égide do arcebispo de Canterbury), acabou tendo que recuar na decisão diante de uma esperada censura da ala americana que alegava (para evitar uma iminente ruptura) “tremenda ansiedade” dentro da comunidade anglicana⁴.

O que está em questão é se a política de tolerância em relação aos homossexuais, com sua inclusão em todos os ministérios, como defendida pela assim chamada facção liberal da Igreja, não se constitui numa afronta direta às Escrituras Sagradas, como afirmam os conservadores (que, às vezes, se autodenominam “ortodoxos”). Alguns delegados conservado-

res americanos da referida Convenção simplesmente saíram em protesto, em vez de tomar parte na votação. Imediatamente depois, algumas paróquias e dioceses cogitaram abandonar totalmente a denominação. Uma comunidade levou sua diocese à corte civil para assegurar a propriedade de seu templo e de seu mosteiro. De todas as reações contrárias, uma das mais veementes foi a criação, em outubro de 2003, da “Network of Confessing Dioceses and Parishes” (Rede de Dioceses e Paróquias Confessantes), que, depois de seu lançamento formal em janeiro de 2004, foi renomeada “Network of Anglican Communion Dioceses and Parishes” (Rede de Dioceses e Paróquias da Comunhão Anglicana). A rede visa a nada mais que o “realinhamento dos anglicanos” nos Estados Unidos⁵.

O que mais chamou a atenção dos observadores, no entanto, foi a oposição intransigente em relação à ordenação entre os confrades anglicanos e fiéis por todo o Sul (i.e., Ásia, África e América Latina)⁶. Embora herdeiros de uma fé amplamente propagada por missionários coloniais e estrangeiros, os anglicanos das Índias Ocidentais ao Cone Sul, da Nigéria e Uganda à África do Sul, Filipinas e Malásia se consideram os verdadeiros defensores da ortodoxia cristã de hoje.

Enquanto a campanha de décadas rumo à inclusão — a admissão de mulheres e de homossexuais nas ordens e a (ainda oficialmente não-aprovada) “bênção” das uniões de pessoas do mesmo sexo — é saudada no Norte como a extensão da mensagem do Evangelho para todos, no Sul ela tem

sido amplamente denunciada como sendo uma heresia. O arcebispo Peter Akinola, primaz de mais de vinte milhões de anglicanos na Nigéria — dez vezes mais que nos Estados Unidos e cerca de um terço de todos os oitenta milhões de membros em comunhão do mundo inteiro —, condenou a inclusão como sendo “um ataque satânico à Igreja de Deus...”⁷.

É claro que a resposta do Sul também é motivada por considerações outras que não as teológicas. Na África, o homossexualismo é amplamente “abominado” tanto pelas “cultura(s) local(is) como ... pelas religiões tradicionais”. Além disso, a menor concessão a isso, seja em qualquer lugar no continente, segundo um clérigo sênior nigeriano, colocaria o cristianismo em desvantagem em relação ao islamismo. Como o editor de religião da UPI recentemente relatou⁸:

O que faz todo esse conflito ser tão irritante é que os líderes de igreja norte-americanos e europeus não se importam com o que sua decadência espiritual causa na África, onde o cristianismo ortodoxo cresce num ambiente muçulmano muitas vezes perigosamente hostil. A África “se converteria ao Islã” se a igreja anglicana ocidental aceitasse o homossexualismo...

As considerações financeiras também são importantes. O primaz anglicano da Nigéria acusou os líderes de igreja europeus e norte-americanos de “há muito usarem sua riqueza para intimidar suas irmãs africanas ao ponto de elas (africanas) fecharem os olhos para as suas manobras (do Norte). Akinola chamou isso de neoimperialismo”. Em recente encíclica, ele

encorajou seus correligionários a contribuirem para um fundo de doação, o “qual permitirá às igrejas africanas financeiramente debilitadas permanecerem fiéis e não se sentirem intimidadas pelas denominações teologicamente corrompidas⁹”. Porém, ele também declarou, os cofres dos aliados entre os tradicionalistas anglicanos do Norte poderão realmente tornar-se disponíveis para a causa ortodoxa¹⁰.



No ataque contra a inclusão, os conservadores anglicanos têm aliados fiéis em outras denominações protestantes históricas, assim como dentro de segmentos da Igreja Católica Romana seguidores do verticalista papado vigente, em todas as igrejas ortodoxas da Europa Oriental e entre as igrejas apostólicas do Oriente Médio e do Cáucaso¹¹.

Mas os seus maiores aliados encontram-se entre os fundamentalistas do Atlântico Norte, sobretudo nos Esta-

O primaz anglicano da Nigéria acusou os líderes de igreja europeus e norte-americanos de “há muito usarem sua riqueza para intimidar suas irmãs africanas ao ponto de elas (africanas) fecharem os olhos para as suas manobras (do Norte). Akinola chamou isso de neoimperialismo”

dos Unidos. Os fundamentalistas americanos oferecem não só apoio teológico e financeiro (com o primaz anglicano nigeriano sendo o primeiro a sugerir que eles o fariam), como também, e igualmente importante, um modelo potencial para um novo consenso protestante.

Esse novo consenso vem emergindo amplamente como resultado do que no início eu referi como sendo a penetração fundamentalista e a “re-apropriação”, tanto teológica quanto institucionalmente, da histórica fé reformada.



A mudança significativa, para a qual eu me volto agora, está enraizada em três alterações dinâmicas, tanto na sociedade, quanto na religião nos Estados Unidos (e, não em menor alcance, apesar de seguir linhas diferentes, também no estrangeiro).

A primeira alteração é o declínio prolongado no que se refere à influência política e ao número de membros das denominações históricas (tais como episcopais, presbiterianos, metodistas unidos, luteranos e congregacionais). A secularização de seus constituintes explica apenas parcialmente os 21% de queda no número de membros entre 1960 e 2000, embora tenha ocorrido um aumento de 33% do número total de membros eclesiásticos na América durante o mesmo período! (Esse aumento, no entanto, não deve ser totalmente atribuído ao reconhecido grande fluxo de imigrantes que aderiram a outras denominações e preferências religiosas.)

Um fator muito mais determinante tem sido a separação bem demarcada entre os líderes “nacionais” e “locais” das igrejas nos Estados Unidos, que tem se dado no decorrer das mesmas quatro décadas¹². Os líderes nacionais estavam profundamente envolvidos com a política nacional, muitas vezes controversa (tanto das igrejas quanto das paróquias), ora mobilizando suas Confissões contra a Guerra do Vietnã, ora defendendo os direitos humanos na América Latina, e sempre atuando em nome da disseminação do Evangelho Social por todo o mundo. Esse “Evangelho”, a marca do Protestantismo histórico americano desde o início do século XX, sustenta que a “boa moral” das nações pode ser socialmente “programada”. Os fundamentalistas, no entanto, há muito vêm repudiando essa visão, alegando que ela não leva em conta a “natureza volátil” do homem, a sua propensão ao pecado e a necessidade de “nascer de novo” em Jesus para ser remido. (Mais recentemente, contudo, eles têm aparentemente começado a mudar essa posição, desenhando um tipo de evangelho social ‘fundamentalista’ próprio¹³).

Enquanto isso, líderes de igreja locais vinham reunindo suas pároquias na massiva migração, nos Estados Unidos do pós-guerra, do Nordeste e do Centro-oeste para os estados do *Sun Belt* (Cinturão do Sol) — Flórida, Carolinas, Califórnia e os estados do sudeste. Lá, à medida que as populações heterogêneas recriaram uma “comunidade”, literalmente *ex nihilo* e em condições, muitas vezes, anômicas, a

Os fundamentalistas americanos oferecem não só apoio teológico e financeiro (com o primaz anglicano nigeriano sendo o primeiro a sugerir que eles o fariam), como também, e igualmente importante, um modelo potencial para um novo consenso protestante.

reafirmação de uma teologia cristã tradicionalista mostrou-se viável, aceitável e confortante. Em suma, um tipo de retomada do “fundamentalismo de fronteira” (que como mentalidade nacional antecedeu a migração no pós-guerra) não desempenhou um papel menor na viabilização dessa mudança demográfica sem precedentes, na atenuação dos vários dramas individuais que a transição provocou, e na ampliação virtual do fundamentalismo cristão, antes restrito, embora não totalmente, ao sul dos Estados Unidos, por toda a nação.

Enquanto isso, à medida que os ‘recém-chegados’ foram tornando-se ‘velhos habitantes’ e o período começou a chegar ao fim nos anos 1980, intensas divergências políticas e sentimentos de animosidade para com os líderes ‘nacionais’ foram se acentuando mais e mais. Os líderes ‘locais’ passaram a considerar as lideranças ‘nacionais’ como omissas, não mais dignas de admiração — quando não as tratavam, abertamente, com desprezo como “burocratas secularizados”, deturpadores das verdades das Escrituras, e nada

mais que “manipuladores de orçamentos, reuniões, processos políticos e burocracias”¹⁴.

Já no final da década anterior, os ‘locais’ começaram a coletar contribuições de porta em porta. A arrecadação diminuiu a cada ano que se passou. Na medida em que os fundos para o orçamento operacional foram ficando escassos, os postos de comando nacionais e seu pessoal de inúmeras denominações alocadas no *Inter-Church Center* de Nova York partiram “de volta para casa”. Em contrapartida, o Conselho Nacional de Igrejas de Cristo (cuja sigla em inglês é NCC), fundado em 1950 para se tornar a associação de alcance nacional “para cooperação ecumênica entre cristãos nos Estados Unidos”, e logo para se tornar o poderoso secretariado *de facto* das confissões protestantes e ortodoxas orientais dos Estados Unidos, teve sua representatividade e recursos refreados. Ao final do século XX, sua influência política, religiosa e econômica como reduto do Evangelho Social e da Cristandade ‘liberal’ — exercida e respeitada por todo o país como também atuante sobre as decisões estratégicas do Conselho Mundial de Igrejas, sediado em Genebra — esmoreceu, o que contribuiu para colocar o CMI nos apuros em que hoje se encontra (e ao qual retornarei em breve).



A segunda alteração dinâmica na paisagem religiosa americana tem sido aquilo a que me referi no início deste ensaio: a obsessão dos fundamentalistas de “re-apropriar-se” de todas as

denominações históricas. Isto não deve ser confundido com a proliferação de igrejas ou “seitas” fundamentalistas, entre as quais geralmente são apontados os movimentos pentecostal, neopentecostal e até mesmo o da renovação carismática católica, os quais, desde os anos 80, vêm exercendo influência sem precedentes na política nacional a partir de sua filiação ao Partido Republicano. Esses fatos têm sido amplamente documentados em diversos trabalhos¹⁵. Aqui, pelo contrário, eu gostaria de rever alguns dos fatos que permitiram, em menos da metade de um século, às correntes tradicionais ou conservadoras dentro das confissões históricas quase reestruturarem a paisagem religiosa do protestantismo nos Estados Unidos.

Esse processo coincidiu, inicialmente, com o constante declínio no número de membros e nas finanças das denominações históricas¹⁶. Porém, dentro de cada confissão, facções teologicamente conservadoras — por sua vez em expansão progressiva — precipitaram-se para preencher os espaços vazios nas igrejas e, no começo, foram bem-vindas, aliás, com um entusiasmo um tanto exagerado. Em geral, esses membros se consideravam “evangelicais”, diferentes dos confrades liberais, adeptos de uma leitura mais estrita da Escritura. Entre eles, encontravam-se indivíduos que, durante o auge da prosperidade no pós-guerra, desfrutaram de uma ascensão social e consideravam-se pertencendo a uma linhagem nova e ‘moderna’ de ativistas religiosos prontos e comprometidos com suas denominações ‘renovadas’¹⁷.



Site da Igreja Anglicana dos EUA

Reverendo Gene Robinson, bispo da Igreja Anglicana, em New Hampshire (EUA), cuja eleição provocou uma crise sem precedentes na Igreja Episcopal, com reflexos em outras denominações e em todo o mundo

Para tanto, eles formaram “organizações de renovação” (que adotam nomes diferentes em cada denominação). O objetivo dessa empreitada “não era ser um movimento de ruptura nem de tomada de poder, ...” — como a declaração de Michael S. Hamilton e de Jennifer McKinney’s (ambos com

olhar de quem está inserido no processo) elucida¹⁸:

... mas de mobilização de evangélicos dentro das igrejas, para mudar a missão, o regime, a disciplina, a educação teológica, o culto e os ministérios educacionais das mesmas igrejas. Como o Movimento Confessional [como é chamado o movimento de renovação entre os metodistas] proclama, ‘Nós somos Metodistas Unidos dentro da Igreja Metodista Unida. Nós pretendemos permanecer na Igreja Metodista Unida’.

Hoje existem mais de trinta organizações de renovação como essas, afiliando algo em torno de dois milhões e meio de membros que são simultaneamente ativos nas sete denominações históricas listadas a seguir: Metodistas Unidos, Presbiterianos (EUA), Batistas Americanos, Discí-

pulos de Cristo, Igreja Episcopal (EUA), Igreja Evangélica Luterana da América e Igreja Unida de Cristo. Dois principais “núcleos de estudo”, o *Instituto de Religião e Democracia* (*Institute for Religion and Democracy*) e a *Associação para a Renovação Cristã* (*Association for Christian Renewal*), atuam como agências de pesquisa, centros de definições e casas publicadoras para todas as denominações. Além disso, o uso de meios de comunicação eletrônica para expandir sua causa não tem comparação com o uso feito por qualquer das principais religiões¹⁹.

Nos dois últimos anos, os contatos entre ‘renovadores’ de diferentes confissões estão aumentando, embora o extraordinário aumento do número total de adeptos em suas organizações ainda não se tenha nivelado. Observadores que acompanham de mais perto essas tendências afirmam que uma única questão os rege: o homossexualismo ou, para ser mais preciso, a oposição dos conservadores cristãos “aos incansáveis esforços dos liberais para ‘normalizá-lo’”. Como um “combustível altamente inflamável”, este conflito, acima de qualquer outro, “galvanizou as raízes fundamentais do apoio para as campanhas políticas da renovação evangélica”²⁰.

Mas agora, inclusive extrapolando essa questão (além de outras, antigas, relacionadas à sexualidade humana, direitos reprodutivos, aborto, valores familiares e feminismo, que levaram a uma ruptura entre as denominações durante as “guerras culturais” dos anos 1980), está o atual alvoroço em torno do ‘casamento gay’. O último ‘grito

A queda dos índices de aprovação do presidente George W. Bush, com campanha eleitoral presidencial em curso, pode também ter influenciado sua adesão eventual ao exaltado coro. Por “uma emenda constitucional banindo o casamento gay”

Fundado substancialmente por denominações dos Estados Unidos e pelas igrejas Luteranas e Calvinistas da Alemanha, Holanda, Suíça e nações da Escandinávia, o CMI assumiu a causa da paz mundial

de guerra' é também o politicamente mais transcendente.

Assim que a Suprema Corte dos Estados Unidos derrubou as leis de sodomia em junho de 2003 (impedindo o governo, dessa forma, de se intrometer nos quartos e nas camas das pessoas), os líderes religiosos conservadores reuniram-se na Carolina do Sul e lançaram uma campanha nacional conjunta "em prol de uma emenda constitucional para impedir o casamento gay"²¹. A proposta ganhou terreno em novembro, em reação a um tribunal em Massachusetts que deliberou a respeito, decidindo "que os casais gays têm o direito de se casar". E conseguiu expandir o apoio popular ainda mais no início de 2004, depois que os evangelicais entraram com uma ação contra autoridades da cidade de São Francisco por terem casado mais de três mil casais de gays e lésbicas em menos de uma semana²².

Então, à medida que outros estados foram entrando com a mesma ação, os evangelicais levaram o caso direto ao Congresso dos Estados Unidos e intensificaram os apelos aos apoiadores. Logo, começaram as pressões sobre o poder executivo de parte de re-

presentantes e senadores, além de sete *lobbies* de conservadores políticos e religiosos²³. Porém, a queda dos índices de aprovação do presidente George W. Bush, com campanha eleitoral presidencial em curso, pode também ter influenciado sua adesão eventual ao exaltado coro²⁴.

Pressionando o Congresso a "não adiar", Bush finalmente apaziguou seu eleitorado cristão conservador — no qual ele levou uma margem de dois para um na corrida de 2000 e sem o qual ele nunca teria conseguido ganhar a eleição para assumir a Casa Branca: em 3 de fevereiro de 2004, ele expressou a necessidade de "uma emenda constitucional banindo o casamento gay". Essa medida, Bush insistiu, era a "única forma de proteger o *status* do casamento entre homem e mulher, o qual ele chamou de 'a instituição mais fundamental da civilização'"²⁵.

Aparentemente, muitos americanos são contra o casamento gay, mas muitos mais — contrários à arriscada estratégia política de Bush — estão "divididos no que se refere à emenda"²⁶. Apesar de tudo, o "casamento gay" não é somente um "presente de Deus" para a "revitalização" das forças conservadoras cristãs, mas também pode estar preparando o terreno para um novo e não-anunciado ecumenismo. Em outubro de 2003, por exemplo, o Vaticano surpreendentemente não expressou um forte apoio à ala ultraconservadora da Igreja Episcopal dos Estados Unidos na sua oposição ao clero gay²⁷. Ao se oporem ao casamento gay, denominações religiosas, como a Católica Romana e a Ortodoxa Oriental, que tão freqüentemente olharam através-

sado para a maioria de confissões evangélicas, agora se juntaram a elas²⁸. Até o *release* do filme "A Paixão de Cristo", de Mel Gibson, em fevereiro de 2004, foi visto por líderes cristãos como um "instrumento para o evangelismo" e como uma oportunidade para cimentar alianças recentemente formadas²⁹.

Não seria um exagero concluir que os tradicionalistas cristãos adotaram agora a agenda protestante nos Estados Unidos e também administram e financiam trabalhos missionários extensivos no estrangeiro³⁰.

A reação do Protestantismo histórico a essa reversão de sua sorte tem sido lenta e, talvez, a essa altura já tardia³¹.



A terceira e última alteração no mundo Protestante estadounidense foi o inequívoco declínio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e, como discutido anteriormente, o de seu afiliado dos Estados Unidos, o Conselho Nacional de Igrejas de Cristo (NCC).

Aqui, um breve delinear do histórico do CMI terá de ser suficiente. A história começa no final da Segunda Guerra Mundial. No debate que se seguiu entre Protestantes fundamentalistas e liberais, os últimos levaram a melhor e, nas quatro décadas seguintes, coincidindo com a Guerra Fria, erigiram o CMI como seu representante e porta-voz, assim como do Protestantismo liberal pelo mundo³². Fundado substancialmente por denominações dos Estados Unidos e pelas igrejas Luteranas e Calvinistas da Alemanha, Holanda, Suíça e nações da Es-

candinávia, o CMI assumiu a causa da paz mundial. Também adotou como sua a luta do Terceiro Mundo contra o colonialismo e a favor da independência nacional, fez campanha em prol da eliminação da pobreza assim como da dívida das nações pobres, e empenhou-se na promoção da justiça internacional e da cooperação mútua.

No entanto, nos anos 80, na medida em que as adesões da África, Ásia e América Latina transformaram o CMI, antes essencialmente do Atlântico Norte, em um órgão genuinamente internacional, fissuras internas delimitaram as rupturas. Por exemplo, muitas denominações americanas passaram a considerar os anteriores apoios à paz mundial e ao desarmamento nuclear em conjunto com a Igreja Ortodoxa

As crescentes demandas pela inclusão na Assembléia Mundial do Conselho — a favor de mulheres nos ministérios, da aceitação de homossexuais e do uso de uma linguagem sem referências a gênero para a divindade em liturgia — ofenderam fortemente os tradicionalistas nos Estados Unidos. E também tradicionalistas no Sul e quase todas as Igrejas Ortodoxas Orientais, entre as quais havia algumas que foram membros-fundadores do CMI

Russa como concessões passivas à propaganda soviética. Similarmente, elas reconsideraram sua oposição à Guerra do Vietnã, uma década antes, e a então corrente simpatia pelos revolucionários cubanos, nicaraguenses e salvadorenhos, como posições antipatrióticas.

Além disso, as crescentes demandas pela inclusão na Assembléia Mundial do Conselho — a favor de mulheres nos ministérios, da aceitação de homossexuais e do uso de uma linguagem sem referências a gênero para a divindade em liturgia — ofenderam fortemente os tradicionalistas nos Estados Unidos. E também tradicionalistas no Sul e quase todas as Igrejas Ortodoxas Orientais, entre as quais havia algumas que foram membros-fundadores do CMI.

Os anos 90 trouxeram mais demandas ainda para mudança. Com o colapso do bloco comunista e da União Soviética entre 1989 e 1991, os Patriarcados Ortodoxos da Rússia, Geórgia e Bulgária rebelaram-se contra seus soberanos políticos e, fiéis a sua vocação tradicionalista, encabeçaram uma campanha para eliminar “desvios” doutrinários e litúrgicos do CMI³³. Eles não só se opunham a liturgias em conjunto com seus confrades Protestantes — por causa de profundas divergências teológicas — como também defendem a transformação do Conselho em uma estrutura menos centralizada e no máximo consultiva, sem caráter executivo e capacidade para ditar políticas³⁴. Atualmente, o CMI vive as dores de uma grande reorganização³⁵.

Dois fatores certamente irão diminuir seu papel nas relações mundiais de agora em diante. Financeiramente

está à beira da falência. Não só denominações americanas reduziram ou suspenderam completamente suas contribuições anuais, como igrejas europeias agora preferem redirecionar, de forma crescente, suas contribuições de caridade em termos bilaterais, para correligionários de nações antes amplamente Protestantes da Europa Oriental e para beneficiários seletos na antiga União Soviética.

Além disso, a própria Europa encontra-se em meio a uma grande reorganização de diversas frentes uma vez que a União Européia espera aumentar o número de nações membros em maio de 2004. Estruturas religiosas regionais totalmente novas têm se formado dentro da União Européia assim como dentro da Europa como um todo. Algumas abrangem hierarquias nacionais de uma ou outra confissão, outras são conferências pan-europeias e inter-denominacionais recentemente instituídas. À medida que estas estruturas tornam-se os parâmetros-chave para a reordenação da relação entre a Europa e o mundo, a utilidade e a necessidade de um Conselho Mundial de Igrejas de anterior dominação americana significativamente irão diminuir.

O segundo fator é o zelo missionário de Confissões fundamentalistas por toda a Europa Central e a antiga União Soviética. Estas se baseiam na alegação (energicamente rejeitada pela Igreja Ortodoxa) de que um vácuo religioso predominou nessas regiões antes do colapso do bloco comunista. Uma vez que o acesso a essas áreas tornou-se possível, missionários tradicionalistas, principalmente do “Cinturão do Sol” dos Estados Unidos (dos estados do sul

A tendência dos tradicionalistas dos Estados Unidos para a “re-apropriação” do Protestantismo Americano de fato apenas começou. A aliança de facto com as forças conservadoras na arena política nacional e sua manipulação de um quadro novo e militante têm a intenção de consolidar um “novo consenso”

e da Califórnia, onde o Protestantismo conservador sempre foi mais forte), rapidamente direcionaram imensos recursos para “converter” as “vítimas” de décadas de campanhas anti-religiosas e ateístas patrocinadas pelo Estado.

Os seus êxitos têm sido relativamente insignificantes. Porém, as inúmeras igrejas Cristãs Ortodoxas da região têm demandado que o CMI interrompa essas “intrusões” nos seus exclusivos “territórios canônicos” (mas sobre os quais as atividades do CMI de fato detêm pouca influência, uma vez que poucas denominações missionárias fundamentalistas foram alguma vez membros do Conselho).

Enquanto isso, os Patriarcados Orientais, além de todos aqueles da Rússia e da Geórgia, não só procuraram o apoio de seus governos para banir “prosélitos” como também têm se empenhado de outras formas para assegurar a restrição à liberdade religiosa³⁶. O conflito que se seguiu sobre o

“direito de evangelizar”, concebido no Ocidente como um “direito humano” fundamental, tem simplesmente servido para estimular os tradicionalistas para “levar o evangelho para todo o mundo”. Ao fazer isso estão cooperando para a criação do “novo consenso” do Protestantismo estadounidense em cuja raiz e galhos estão imbricadas as denominações do século XXI.



Vocês poderão perguntar como essas duas evoluções — a crise na Igreja Episcopal dos Estados Unidos e no Anglicismo mundial e a re-apropriação de denominações históricas do Protestantismo americano por parte dos tradicionalistas — afetam as forças ecumênicas liberais na América Latina.

Em primeiro lugar, muitas denominações — Católica, Ortodoxa e Reformada — agora se encontram em total consonância com a oposição fundamentalista evangelical às várias formas de inclusão³⁷. Naqueles países latino-americanos com classe-média urbana, substancial e relativamente próspera, tal posição — na sua atual forma — pode apenas servir para criar uma distância ainda maior entre essa classe e a prática ecumênica liberal. Mesmo entre Católicos vigilantes, as atuais posições da igreja em relação à sexualidade, reprodução e a ordenação de mulheres imploram por mudança.

Em segundo lugar, a influência decadente do Conselho Mundial de Igrejas já cobrou pedágio nas atividades das denominações históricas em diversas nações da América Latina. E

o CMI também ameaça reduzir ainda mais os diversos projetos ecumênicos, úteis e colaborativos, atualmente em curso com os correspondentes católicos.

Finalmente, a tendência dos tradicionalistas dos Estados Unidos para a “re-apropriação” do Protestantismo Americano de fato apenas começou. Além disso, a sua aliança *de facto* com as forças conservadoras na arena política nacional e sua manipulação de um quadro novo e militante têm a intenção de consolidar um “novo consenso” no qual a visão deles e não a do Evangelho Social se tornará hegemônica e irá lhes assegurar um importante papel na política das religiões mundiais num futuro próximo.

Nessa arena, pode-se esperar que apoiarão os confrades fundamentalistas por toda a América Latina, não importando quão “indígenas” e genuinamente nacionais seus pastores e igrejas tenham se tornado. Na medida em que isso promove a “Protestantização” da América Latina na forma da fé Pentecostal e neo-Pentecostal, já em ascensão, a “via principal” religiosa, antes amplamente ocupada por Protestantes e Católicos Romanos progressistas, está destinada a se estreitar ainda mais.

Dada tal prospectiva, as estratégias pastorais e institucionais das forças ecumênicas na América Latina devem, certamente, ser reconsideradas. ☐

Tradução: Rosa L. Peralta

Ralph Della Cava é sociólogo, Pesquisador Sênior do Instituto de Estudos da América Latina da Univ. de Columbia, Nova York e Professor Emérito de História da Univ. de Queens.

BIBLIOGRAFIA

- 1 A bibliografia sobre o crescimento constante do pentecostalismo, do neo-pentecostalismo e da renovação carismática católica por toda a América Latina, mas especialmente no Brasil, Chile e América Central — para citar somente três desafios antigos aos ecuménicos progressistas —, já é tão vasta e conhecida que dispensa referências específicas aqui.
- 2 Duas fontes importantes e recentes sobre os Estados Unidos são: Clyde Wilcox, *Outward Christian Soldiers?: The Religious Right in American Politics* (Boulder, CO: 2000) e a análise dos doze estados, editado por John C. Green, Mark J. Rozell, e Clyde Wilcox, *The Christian Right in American Politics: Marching to the Millennium* (Washington, DC: 2003).
- 3 O termo "religiões transnacionais", como eu o emprego, se refere a três dimensões inter-relacionadas de análise. A primeira é a primazia concedida às instituições religiosas como tais (chamar essas igrejas ou denominações, como por exemplo, a Igreja Católica Romana ou Catolicismo); depois, a sua habilidade e forma de deslocar idéias, poder e recursos passando por cima da ordem mundial; e, finalmente, a sua total indissociabilidade em relação a essa mesma ordem mundial. Entre outros momentos, eu tentei expressar este conceito mais concretamente em: "Transnational Religions: The Roman Catholic Church in Brazil and the Orthodox Church in Russia", *Sociology of Religion*, 62:4 (Winter 2001), 535-550 [também em português como *Religiões Transnacionais: a igreja católica romana no Brasil e a igreja ortodoxa na Rússia*, *Imaginário*, 6 (USP: 2000), 98-117]; e "Roman Catholic Philanthropy in Central and East Europe, 1945-1990", *Transnational Religions and Fading States*, eds., Susanne Hoeber Rudolph and James Pescatori (Boulder, CO: Westview Press, 1997), 173-211.
- 4 Jim Brown e Jody Brown, "Property Rights Latest Repercussion from Episcopal Rift," *Crosswalk* (Agape Press), 24 de setembro, 2003; também disponível: <http://www.Crosswalk.com>
- 5 Acesse o site do American Anglican Council para mais detalhes: <http://www.americananglican.org>
- 6 Essas oposições manifestaram-se desde a reportagem de Marc Lacey (de Nairobi), "African Episcopal Bishops Attack Vote for Gay Bishop of New Hampshire," *New York Times*, 7 de agosto, 2003, a matéria de destaque *Newsweek International*,
- "Crisis in the Communion," 18 de agosto, 2003 a Immanuel Wallerstein's "Anglicans, North and South," *Commentary*, No. 119, 15 de agosto, 2003, disponível em <http://fbc.binghamton.edu/index.htm>
- 7 Ver Uwe Simeons-Netto, "Commentary - Torn-Again Anglican Church," *UPI*, 29 de junho, 2003. Ver também, Julia Duin, "Homosexual Debate Threatens Episcopal Unity," *Washington Times*, 29 de junho, 2003; Monica Davey, "Episcopal Church leaders Reject proposal for Same-Sex Union Liturgy," *New York Times*, 7 de agosto, 2003; Clifford Kraus, "Canada's Push to Legalize Gay Marriages Draws Bishops' Ire," *New York Times*, 10 de agosto, 2003.
- 8 Uwe Simeons-Netto, "Commentary - Torn-Again Anglican Church," *UPI*, 29 de julho, 2003.
- 9 Uwe Simeons-Netto, "Commentary - Torn-Again Anglican Church," *UPI*, 29 de julho, 2003.
- 10 Como exemplo dos recursos tradicionalistas, ver Jamie Doward, "Anglicans face schism over gay row - Conservative US bishops prepare to take on liberal British wing in bitter struggle for Church's soul," *The Guardian*, 14 de setembro, 2003: "No centro do grupo - conhecido como American Anglican Council - estão dois bispos carismáticos que tiveram acesso a milhões de dólares que ajudaram financeiramente sua mensagem. James M. Stanton, Bispo de Dallas, e Robert Duncan, Bispo de Pittsburgh, junto com os bispos da Carolina do Sul, Flórida e Orlando, são astutos operadores com generosas congregações que cavam fundo em seus bolsos. Dallas, por exemplo, é a segunda diocese mais rica nos EUA e espera-se que traga mais de 4 milhões de dólares este ano, uma enorme soma comparando aos padrões da Igreja." Digno de nota é o fato de que os dois bispos citados foram importantes na criação da divergente "Rede de Dioceses e Paróquias da Comunhão Anglicana", mencionada anteriormente no texto.
- 11 Ver "Churches break talks with ECUSA: Consecration of gay bishop cited as problem," *Anglican Journal* (Canada), 1 de janeiro, 2004, disponível no site: <http://www.anglicanjournal.com/130/01/world08.html>
- 12 Nos seguintes comentários eu me fundamentei nos argumentos dos sociólogos evangélicos Jennifer McKinney e Roger Finke, no estudo de 2000, "Reviving the Mainline" in *The Journal for the Scientific Study of Religion*, uma vez que foram citados subsequentemente no artigo de Michael S. Hamilton e Jennifer McKinney, "Turning the Mainline Around: New sociological studies show that evangelicals may well succeed at renewing wayward Protestantism", *Christianity Today*, 25 de julho, 2003 que está disponível on-line no site: www.christianitytoday.com/ct/2003/008/1.34.html. Esta leitura é altamente recomendável
- 13 A respeito da recente adoção de questões sociais, antes vistas como sendo condenáveis Hamilton e McKinney apontam para o fato de que os tradicionalistas "acabaram, contudo, aprendendo de seus oponentes liberais a necessidade da questão social. Eles agora promovem a diversidade racial, patrocinam programas para mulheres, apóiam iniciativas de combate à pobreza, defendem a liberdade religiosa e defendem os nascimentos." Esse específico "giro" *pro domo sua* que os conservadores concedem a essas questões, no entanto, deve ser trazido à tona, tarefa que não será possível realizar aqui.
- 14 Consulte novamente Michael S. Hamilton e Jennifer McKinney, "Turning the Mainline Around: ..."
- 15 Sobre fundamentalismo pelo mundo, consulte o trabalho multi-volume, "Accounting for fundamentalisms: the dynamic character of movements," editado por Martin E. Marty e R. Scott Appleby (Chicago: 1994); e "The Fundamentalism Project," editado por Martin E. Marty e R. Scott Appleby (Chicago: 1991-1995). Consulte também Ralph Della Cava, "A Direita Cristã e o Partido Republicano," *Religião e Sociedade*, 23:1 (julho 2003), pp. 9-34 e "Entrevista com Ralph Della Cava," *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, 16:2 (jul/dez 2003), pp. 3-18.
- 16 Dentro da corrente discussão, eu me ative ao texto de Michael S. Hamilton e Jennifer McKinney, "Turning the Mainline Around:..."
- 17 Eles não são diferentes dos militantes dos movimentos especializados de Ação Católica brasileiros do final dos anos 1950, que pelos cinqüenta anos seguintes formaram a espinha dorsal das chamadas "igrejas progressistas".
- 18 Citada anteriormente em Hamilton e McKinney.
- 19 Há uma referência a isso numa resenha da série do Tim La Haye "Left Behind" escrita

- por Melani McAlister, "An Empire of Their Own: How born-again Christians turned biblical prophecy into big-time profits", *Nation*, 23 de setembro, 2003, 31-36.
- 20 Ver rubrica, "The High-Octane Fuel of Gay Activism", in Hamilton e McKinney.
- 21 David D. Kirk, "Conservatives use Gay Union as Rallying Cry", *New York Times*, 8 de fevereiro, 2004.
- 22 Dean E. Murphy e Carolyn Marshall, "Gay Weddings Continue in San Francisco as Lawyers Argue", 18 de fevereiro, 2004.
- 23 "Focus on the Family Denounces Attack on Marriage Supporters", *U.S. Newswire*, 25 de fevereiro, 2004; e David D. Kirkpatrick, "Gay-Marriage Fight Finds Ambivalence From Evangelicals", *New York Times*, February 28, 2004.
- 24 "What caused the delay?" questiona o colunista do *New York Times* Frank Rich. "Em parte, o fato é que os números das pesquisas de opinião mostram que a maioria de americanos se opõe a tal emenda. Mas agora que os números da pesquisa de aprovação do próprio presidente estão em queda, ele lançou os dados. Ele espera motivar sua base mesmo que isso signifique 'abraçar os esforços da direita radical para pixar a Constituição ...'", citando um ativista gay; ver Frank Rich, "The Joy of Gay Marriage", *The New York Times*, 29 de fevereiro, 2004.
- 25 A gradual anuência de Bush às pressões eleitorais pode ser traçada na seqüência de artigos a seguir: Phil Brennan, "Christian Right Talks of Bolting GOP in 2004," 6 de maio, 2003, on-line no site: <http://www.newsmax.com>; Robert Pear e David. D. Kirkpatrick, "Bush Plans \$1.5 Billion Drive for Promotion of Marriage," *New York Times*, 14 de janeiro, 2004; Jennifer 8. Lee, "Congressman Says Bush Is Open to States' Bolstering Gay Rights", *New York Times*, 9 de fevereiro, 2004; Branwen Jeffreys, "Bush speaks against gay weddings," BBC (Washington, D.C.), 19 de fevereiro, 2004; e David Stout, "Congress is urged to Begin Process to Amend Constitution," *New York Times*, 24 de fevereiro, 2004.
- 26 Consulte Robin Toner, "The Culture Wars, Part II", *The New York Times*, 29 de fevereiro, 2004: "Muitos americanos assumem uma posição ambígua nestas questões – são contra o casamento gay, por exemplo, mas ficam mais divididos em relação à emenda constitucional. Alguns estratégicos democratas afirmam que muitos elei-
- tores se sentem ainda mais constrangidos que essas questões estejam sendo debatidas numa campanha política."
- 27 Richard N. Ostling, "Anglican top leaders reaffirm their opposition to gay sex", Associated Press, 26 de outubro, 2003.
- 28 Theo Emery, "Hundreds in Boston protest gay marriage," *The Detroit News*, 9 de fevereiro, 2004: os signatários de uma declaração endereçada à Assembléia de Massachusetts incluíam: Católicos Romanos; Vision New England (Visão da Nova Inglaterra), uma organização de igrejas evangélicas; o Islamic Council of New England (Conselho Islâmico da Nova Inglaterra), que conta com cerca de 25 centros e mesquitas; a 80-church Black Ministerial Alliance (Aliança Ministerial Negra de 80 igrejas); 100 igrejas Ortodoxas Cristãs; e dois líderes judeus.
- 29 Laurie Goodstein, "Some Christians see 'Passion' as Evangelism Tool," *New York Times*, 5 de fevereiro, 2004.
- 30 Este espaço não permite uma análise detalhada da onipresença da "ousada missão" da igreja evangélica hoje por todo o Sul e o antigo "bloco comunista". Mas em termos de fundos alocados e pessoal disponível, essa empreitada agora ofusca facilmente a presença antes dominante do Conselho Mundial de Igrejas, a principal agência de "política internacional" do Protestantismo histórico.
- 31 Uma das reações das denominações da linha principal tem sido "expor" os métodos e finanças através dos quais os fundamentalistas "alvejaram a diversidade", via sites recentemente criados (tais como <http://www.idsonline.org>) e diversas publicações, incluindo: Leon Howell, United Methodists @ Risk - A Wake-Up Call (Kingston, NY: IPUM, 2003); Lewis C. Daly, A Moment to Decide (Nova York, NY: Institute for Democracy Studies, 2000) que lida com a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos; e Lewis C. Daly, A Church at Risk - The Episcopal "Renewal" Movement (Nova York, NY: Institute for Democracy Studies, 2001).
- 32 Durante um breve período, havia dois "Protestantes Internacionais", o fundamentalista e politicamente anticomunista International Council of Christian Churches (ICCC – Conselho Internacional de Igrejas Cristãs), fundado por Carl McIntire, um ex-ministro Presbiteriano, e o CMI, liderado por um cidadão comum holandês, Willem A. Visser 't Hooft, seu primeiro secretário geral.
- 33 Conselho Mundial de Igrejas, "Orthodox participation in WCC: meeting to propose next steps," *release PR-03-20*, 28 de maio, 2003; e Conselho Mundial de Igrejas, "WCC offers space for churches to approach social and ethical issues together," *release PR-03-32*, 3 de outubro, 2003.
- 34 Para maiores detalhes a respeito do domínio público da posição, muitas vezes hostil, da Igreja Ortodoxa Russa em relação ao CMI, ver as opiniões extremamente francas de Konrad Raiser, ex. Secretário-Geral do CMI, in Conselho Mundial de Igrejas, "Henri Tincq interviews Konrad Raiser," 20 de novembro, 2003 (feat-03-14), disponível através dos arquivos do Worldwide Faith News, www.wfn.org
- 35 Conselho Mundial de Igrejas, "Executive committee reviews whole spectrum of WCC activities", *release PU04-12*, 24 de fevereiro, 2004; neste texto se afirma que o "CMI está indo gradativamente em direção a um método de consenso, visando a discernir o senso comum nas reuniões de seus corpos administrativos e consultivos. O comitê executivo reviu os planos para as novas regras de procedimentos para lidar com essas mudanças. Membros do comitê também adotaram termos de referência para uma avaliação dos programas do CMI, para ser concluída antes da nona assembléia." Ver também, Conselho Mundial de Igrejas, "New configuration of the ecumenical movement: Consultation prescribes intensive discussion, broad participation," *release*, PU03-47, 24 de novembro, 2003.
- 36 Tenho abordado essa questão em outras ocasiões in "Entrevista com Ralph Della Cava," Acervo: Revista do Arquivo Nacional, 16:2 (jul/dez 2003), pp. 3-18.
- 37 "Pope Defends Marriage as Union Between Men and Women," *Reuters*, 29 de março, 2004. Também, SBS (Australia), "Russian [Orthodox] Church Suspends Ties with U.S. [Episcopal] Church." 18 de novembro, 2003; e Michael Paulson, "Protestants weigh same-sex marriage," *Boston Globe*, 30 de novembro, 2003.

“E a luta continua...”

A política indigenista do Governo Lula

Maria Cecília dos Santos

O objetivo deste texto é uma reflexão acerca da política indigenista adotada pelo atual governo brasileiro e dos desafios enfrentados pelos povos indigenistas. Para tanto, buscamos apresentar as principais questões no que tange aos acontecimentos mais recentes em relação aos povos indígenas, bem como as reações e decisões dos órgãos oficiais responsáveis pela política indigenista

Para criar nossos filhos é preciso derramar sangue por um pedacinho de terra, o massacre continua...

Bayara Pataxó

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma reflexão a respeito das relações do governo brasileiro com os povos indígenas é sempre importante, tendo em vista que durante toda a história do Brasil pós-1500, os órgãos de política indigenista sempre primaram pela incorporação ou assimilação do indígena na sociedade envolvente. Atualmente, por mais que os movimentos e articulações dos próprios povos e também de outras instituições ligadas à causa tenham-se esforçado em romper

com esta idéia, ainda é muito comum observar ações e políticas que vão de encontro às culturas e à diversidade dos povos existentes em nosso país.

Tal reflexão também se faz importante na medida em que o contexto atual, de mudanças políticas, e a ascensão de um partido de oposição e de esquerda causaram e, não podemos negar, ainda causam expectativas, no povo brasileiro, de mudanças radicais e em curto prazo na postura do novo governo. Assim também estas expectativas permearam e permeiam o universo dos povos indígenas que habitam este território. No entanto, nestes quase dezoito meses, essas mudanças não ocorreram e, mesmo que ainda haja esperança dos povos de mudanças a longo prazo, é também visível sua frustração em manifestos e mobilizações: “A Funai e também os outros órgãos do governo se mostraram totalmente desarticulados nas questões indígenas no governo atual, tornando o movimento social fragilizado...”, desabafa o líder Agamenon Jeripankó, presidente da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme), na XXI Assembléia da Regional Leste do Conselho Indigenista Missionário. Nesta mesma diretriz segue o depoimento do cacique Bayara Pataxó, de Minas Gerais: “Para criar nossos filhos é preciso derramar sangue por um pedacinho de terra, o massacre continua... Se hoje o nosso movimento não se orga-

nizar, esse governo que está aí vai continuar destruindo os nossos povos”.

Faz-se aparente uma certa decepção tanto de parte da sociedade envolvente quanto dos próprios povos indígenas acerca das direções que o novo governo até agora tem tomado. Sendo assim, buscaremos de maneira breve e despretensiosa expor aqui os acontecimentos que julgamos de maior importância na relação entre Governo Federal e povos indígenas para levar à frente nossa reflexão.

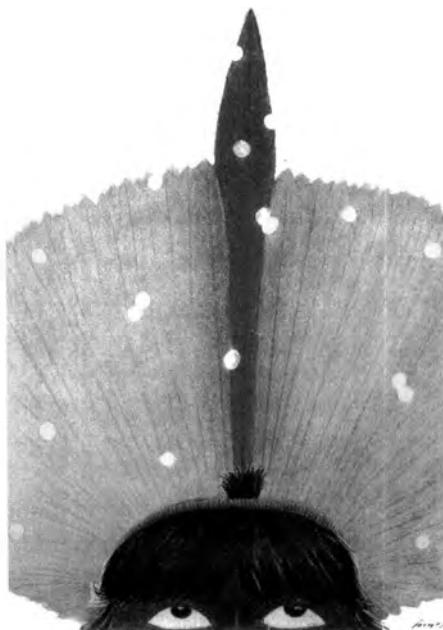
ENCONTROS E DESENCONTROS

Antes de abordar os acontecimentos mais recentes que envolvem política indigenista oficial e povos indígenas, se faz importante ressaltar que as leis atualmente em vigor no Brasil que dizem respeito aos indígenas se baseiam na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto do Índio (Lei 6.001), aprovado em 19 de dezembro de 1973. Enquanto a Constituição de 1988 reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União Federal o dever de demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, o Estatuto apresenta uma posição marcadamente integracionista de política indigenista. O pedido de revisão dessa lei entrou em discussão no governo em 1991 (Projetos de Lei 2.057/91, 2.160/91 e 2.619/92), e se encontra paralisado na

Câmara dos Deputados desde 1994, a despeito das inúmeras manifestações, abaixo-assinados e demais campanhas para sua aprovação, realizados pelo movimento indígena e aliados.

Diante deste quadro de desencontros que marca a política brasileira, um ponto positivo se destaca e traz maior esperança e novo vigor para as discussões. Trata-se da promulgação no Brasil da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Discutido no Congresso Nacional desde 1991, o texto da Convenção havia sido aprovado em 2002 e dependia do Decreto de Promulgação do Poder Executivo, o que só aconteceu agora no Governo Lula. Esta Convenção representa um grande e importante avanço para as populações indígenas, pois substitui a perspectiva integracionista da Convenção n. 107, até então em vigor no Brasil, e adota uma perspectiva bem mais de acordo com a diversidade cultural de nosso país, valorizando o respeito ao pluralismo e às diferenças étnicas e culturais. Esta Promulgação, ocorrida não por acaso no Dia do Índio, este ano, é com certeza um impulso para a relação entre governo e povos indígenas, até mesmo para a revisão da lei indigenista atual (Estatuto do Índio).

Para que houvesse esse avanço em nossa política indigenista, infelizmente foram necessários muitos conflitos entre indígenas, sociedade envolvente e órgãos oficiais que marcaram o início do ano de 2004. Desses conflitos o que mais teve destaque na mídia com certeza foi o ocorrido durante o mês de abril entre os cintas-largas, grupo indígena que habita a reserva Roosevelt no estado de Rondônia, e os garimpeiros



Luccas Guilherme Rodrigues Longo,
Universidade Metodista de Piracicaba 1ºlugar
charge 8ºSalão Universitário de Humor 2000

Enquanto a Constituição reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União Federal o dever de demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, o Estatuto apresenta uma posição marcadamente integracionista

ros ilegais que invadiram a reserva para praticar a extração de diamantes.

O decorrer da história de Rondônia, assim como do restante do Brasil, já apresentava um quadro de verdadeiro massacre das populações indígenas, tendo sido reduzido o número de 80 mil para 4 mil indivíduos em apenas 70 anos¹. Este aumento, no entanto, não foi decorrente da diminuição do preconceito ou da conscientização da população envolvente ou dos órgãos responsáveis. A exemplo do que acon-

tece no país, a ausência de políticas públicas adequadas transformou o estado de Rondônia em mais um palco de conflitos em torno do garimpo: a clandestinidade e ilegalidade dos garimpeiros somadas à omissão dos órgãos responsáveis. As imagens divulgadas pela mídia retrataram os cintas-largas como únicos e grandes culpados do lamentável ocorrido. No entanto, se nos dispusermos a uma análise mais atenta e crítica dos fatos, será possível compreender o fato isolado da morte dos garimpeiros como estopim de um processo de espoliação e desrespeito que tem início nas primeiras incursões colonizadoras no estado de Rondônia e que se tornou ainda mais destruidor com a descoberta do garimpo. A questão principal que deveria ser tratada é que a reserva Roosevelt já há muito vinha sendo palco de brigas e ameaças tanto por parte dos indígenas quanto dos garimpeiros clandestinos e que um conflito maior já deveria ser esperado pelos órgãos competentes, visto que a situação era realmente grave.

Em resposta às primeiras mortes, ocorridas no dia 8 de abril de 2004, os garimpeiros revoltados lincharam em praça pública, em Espigão do Oeste (RO), no dia 10 de abril, o professor indígena Marcelo Cinta Larga, que não tinha nenhum envolvimento com o ocorrido, e o amarraram a uma árvore onde permaneceu das 12 às 19 horas. Foi salvo da morte física pela intervenção da polícia. Curiosamente o fato não foi divulgado pela mídia nacional e, muito menos, explorado pelos mais sensacionalistas... Por outro lado foram divulgadas em larga escala as mortes causadas pelos indígenas, imputando-lhes toda a respon-

sabilidade pelos conflitos que são gerados por um garimpo clandestino e por invasões indiscriminadas. A ação da mídia impôs a toda a comunidade cinta-larga a alcunha de assassinos, e junto com isso a humilhação e o aumento do desrespeito, como se em nossa sociedade não houvesse massacres e chacinas em escala bem maior e por motivos menores.²

Diante do lamentável ocorrido, fica aos olhares mais críticos a dúvida: Quem são os responsáveis? Onde estão as leis que asseguram a integridade das terras e territórios indígenas? Ou, ainda mais: Por que não houve uma intervenção do poder público para que se evitasse o pior?

Infelizmente foi preciso que o conflito chegassem a este ponto para que as autoridades públicas se preocupassem em discutir com maior urgência a política indigenista em vigor. Assim, executivos e parlamentares têm-se manifestado para que o Congresso Nacional discuta em regime de urgência as leis atuais que tratam a questão indígena, e a que dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas (Projeto de Lei n. 2/057/91) em substituição ao Estatuto do Índio (Lei n. 6.001). Infelizmente ainda é preciso derramar sangue para que as vozes indígenas sejam ouvidas...

A INFINDÁVEL QUESTÃO DA TERRA

A questão da terra é com certeza um ícone na luta pelas causas indígenas, posto que é necessidade maior para a sobrevivência de suas culturas. Durante o Governo Lula as homologações de terras e territórios indígenas vêm sendo cobradas desde os primeiros meses, mas ainda poucas foram resolvidas e os conflitos de terra entre indígenas, fazendeiros, posseiros, na

grande maioria das áreas indígenas continuam. Durante a campanha eleitoral, o presidente firmou compromisso com o pagamento das dívidas históricas que o Brasil acumulou para com os povos indígenas e este compromisso tem sido cobrado por lideranças a todo momento, principalmente em ocasiões especiais, como no dia 4 de abril de 2004, quando ocorreu na Câmara dos Deputados, uma audiência pública sobre "Direitos Humanos e Direitos Indígenas". Ali, o líder Júlio Macuxi, que aguarda a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol desabafou: "O governo sempre pensa em pagar a sua dívida com o FMI e não em pagar a dívida histórica com os povos indígenas".³

A luta pela homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol é com certeza a mais divulgada atualmente, pois envolve questões de soberania nacional, posto que a área fica próxima aos limites de fronteira do Brasil, e ainda envolve a presença do município de Uiramutã e de não-índios na área. No entanto, órgãos indigenistas e entidades que apóiam a causa indígena, além da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o presidente da Funai, Mércio Gomes, e até mesmo o presidente Lula já exprimiram sua posição de defesa da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, com ações de retirada de ocupantes não-índios. Mas a pressão de segmentos políticos e econômicos bem como de elites interessadas na área ainda possui muita força e a homologação vem sendo adiada, permanecendo os grupos macuxis, wapichanas, ingaricós, taurepangues e patamonas, vítimas de violência, invasão e desrespeito aos seus direitos.

Mércio Gomes até assumiu publicamente a luta dos índios – e da Funai – pela homologação, no acampamento Terra Livre, realizado por representantes de diversas etnias em Brasília, na ocasião da Semana dos Povos Indígenas: *Vim aqui com franqueza para dizer o que posso e o que não posso fazer. Meu trabalho tem sido convencer os que são contrários à homologação (de Raposa), faço isso desde o primeiro dia que assumi a presidência da Funai. Para muitos o governo é vacilante, eu considero isso cautela*⁴.

A homologação havia sido prometida para o dia 19 de abril (Dia do Índio), junto com várias outras demarcações, o que não ocorreu. Talvez o incidente com os cinta-largas logo na mesma semana tenha desviado a atenção da mídia, da sociedade e principalmente do governo. A situação da Raposa Serra do Sol já foi assumida como emblemática mesmo por outros povos de outras regiões, que demonstram solidariedade por acreditarem que

Diante deste quadro de desencontros que marca a política brasileira, um ponto positivo se destaca. Trata-se da promulgação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que adota uma perspectiva bem mais de acordo com a diversidade cultural de nosso país, valorizando o respeito ao pluralismo e às diferenças étnicas e culturais

a definição em torno da homologação se irá refletir nas próximas definições a respeito das outras áreas indígenas no Brasil. A este exemplo, Marcos Xucuru, filho do cacique Xicão Xucuru, assassinado em 1988, vítima de perseguições por lutar a favor da causa indígena, assumiu a solidariedade dos povos do Nordeste ao caso da Raposa e desabafou: "Não está descartada a possibilidade de estar havendo um retrocesso nos direitos indígenas. É estarrecedora a postura de alguns deputados que não aceitam o Brasil como uma nação pluriétnica e pluricultural, e pregam o racismo e o preconceito contra os índios"⁵.

No entanto a terra ainda aguarda homologação e mais campanhas e manifestos de entidades, grupos indígenas e movimentos sociais vão surgiendo e reforçando a esperança dos povos que vivem naquela área⁶. Segun-

do André Vasconcelos, do Conselho Indígena de Roraima, que esteve acompanhando as negociações no acampamento Terra Livre em Brasília, e cuja principal bandeira era a homologação da Raposa Serra do Sol, a pergunta que todos se faziam, angustiadamente era: "por que o presidente Lula se recusa a receber e a ouvir os povos indígenas?"

Felizmente a angústia não durou muito tempo: o presidente Lula marcou sua primeira audiência com lideranças indígenas no dia 10 de maio de 2004. A mídia não perdeu a oportunidade de retratar as imagens do presidente com o cocar doado pelos indígenas xavantes, do Mato Grosso, num clima amistoso e de paz. No entanto, a avaliação das lideranças indígenas, segundo Cristiane Fontes, do Instituto Socioambiental, não foi tão animada: "Ficou tudo em aberto. Ele não nos

deu garantia de nada. Fez um pronunciamento em que afirmou que não pode nos falar de prazos para implementar ações", afirmou Pedro Garcia, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) que, mesmo assim, não perdeu as esperanças e acredita ter sido positiva a iniciativa do presidente de reunir-se com lideranças indígenas⁷.

EM FAVOR DA ESPERANÇA

Em todas as suas manifestações os povos indígenas apresentam suas lutas em comum. Estão sempre se unindo para que sejam respeitados seus direitos constitucionais e principalmente seu direito à diversidade cultural e à terra. Nos debrucemos sobre suas reivindicações mais recentes – embora não diferentes das antigas – apontadas no acampamento Terra Livre. (Veja-se o boxe anexo)

REIVINDICAÇÕES

- Imediata Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), conforme demarcada pela Portaria 820-MJ.
- Acelerar o reconhecimento oficial, a demarcação e a identificação e delimitação de diversas terras indígenas.
- Retirada de garimpeiros ilegais invasores da terra indígena Cinta-Larga (RO) e também na Terra Indígena Ianomami (RR).
- Revisão de limites e intrusão de outras diversas terras.
- Punição e Reparação dos danos ambientais causados no interior das Terras Indígenas.
- Revogação do Decreto n. 4.412/02.
- Garantia de uma saúde diferenciada, com aprimoramento do atendimento básico de saúde aos povos indígenas, adequado à diversidade das etnias e suas condições e necessidades específicas.
- Garantia de uma educação diferenciada, com apoio aos projetos indígenas que tenham por fim a implementação das iniciativas indígenas.
- Plena participação na formulação e controle das ações de políticas públicas que são voltadas às comunidades indígenas.
- Promulgação da Convenção 169 da OIT.
- Repúdio ao desrespeito dos Tribunais quanto à não-consideração válida dos laudos antropológicos que identificam as terras indígenas, acarretando além da morosidade na conclusão do reconhecimento oficial, o impedimento do direito ao usufruto exclusivo indígena sobre as Terras Indígenas.
- Todos os projetos e ações voltados às Terras Indígenas devem ter o livre consentimento, com consulta prévia e informada. Não aceitamos imposições de ações.
- Punição dos assassinos responsáveis pelas 35 mortes que ocorreram no biênio 2003-2004.
- Apoio às atividades produtivas que venham a possibilitar um desenvolvimento sustentável pelas comunidades indígenas.⁸

A dificuldade enfrentada pelos indígenas na busca por seus direitos nos órgãos oficiais não é sem motivo.

Na maioria dos casos existem interesses maiores nas terras indígenas, principalmente aquelas com recursos minerais, madeireiros, ou outros recursos lucrativos à nossa sociedade. Mesmo assim, há esperança, e com a ascensão do atual Governo, esperança redobrada

De todas as bandeiras levantadas (ver boxe), algumas estão em tramitação no Congresso, poucas foram resolvidas, como a promulgação da Conferência 169, e muitas ainda necessitam de tempo para serem tratadas pelo Governo Federal. A dificuldade enfrentada pelos indígenas na busca por seus direitos nos órgãos oficiais não é sem motivo. Na maioria dos casos existem interesses maiores nas terras indígenas, principalmente aquelas com recursos minerais, madeireiros, ou outros recursos lucrativos à nossa sociedade. O que embarga a maioria dos processos que envolvem os indígenas são os jogos de interesses entre políticos, grandes empresários e outras elites em torno de tais recursos. Tem sido assim durante toda a história da política indigenista do Estado brasileiro, pois a luta pela terra, que é necessidade básica para a sobrevivência física e cultural destes povos, sempre esbarra nos interesses financeiros de grupos do poder.

Mesmo assim, há esperança, e com a ascensão do atual Governo, esperança redobrada. Não é à toa que os povos

indígenas são chamados por organizações indigenistas como 'Povos da Esperança'. Sua luta durante 504 anos de massacre demonstra claramente uma posição de esperança, e mesmo hoje, embora às vezes recoberta por angústia e frustração, a esperança aumenta ante a ascensão de um governo de esquerda e de um partido que historicamente se formou ao lado das lutas sociais, e aponta para um não esmaecer de forças. Mesmo que não tenha havido mudanças consideráveis em curto prazo no que diz respeito à política indigenista do atual governo, os povos esperam por mudanças em um prazo maior e que o presidente cumpra com sua promessa de pagar a dívida histórica que toda a nação brasileira tem para com os povos indígenas. E que a luta, tanto dos indígenas, quanto de parte da sociedade brasileira mais sensível a esta causa, continue, para que o massacre possa acabar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

BEOZZO, José Oscar. *Visão indígena da conquista e da evangelização*. In: CNBB, CIMI, BRANDÃO, Carlos R. et al. *Inculturação e Libertação: Semana de Estudos Teológicos*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 79-104.

BOFF, Leonardo. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1992.

CIMI. *Com Dallari e Dom Pedro, audiência pública enriquece o debate sobre direitos indígenas*. Brasília, 08 de abril de 2004. Disponível em <http://www.cimi.org.br> - Acessado em 25/04/2004.

CIMI. *Finalmente é promulgada a Convenção nº 169 da OIT*. Brasília, 20 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.cimi.org.br> - Acessado em 25/04/2004.

CIMI Regional-Leste. *Relatório da XXI Assembleia Regional do CIMI Leste*. Mário Campos-MG, de 08 a 11 de março de 2004. (datilografado)

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

Diário Oficial da União, seção 1, página 1, em 20 de Abril de 2004.

Equipe CIMI de Rondônia. *Rondônia: povo indígena Cinta-Larga vítima do descaso*.

19 de abril de 2004. Disponível em <http://www.cir.org.br> - Acessado em 25/04/2004.

FONTES, Cristiane. *Reunião com Lula não entusiasma lideranças indígenas*. Brasília, 10 de maio de 2004. Disponível em <http://www.socioambiental.org.br> - Acessado em 10/05/2004.

MONTERO, Paula (org.). *Entre o mito e a história*. Petrópolis: Vozes, 1996. p.31-135.

VASCONCELOS, André. *O Acampamento Terra Livre*. Brasília, 18 de abril de 2004. Disponível em <http://www.cir.com.br> - Acessado em 20/04/2004.

NOTAS

1 Atualmente, o crescimento e o reavivamento por que passam as populações indígenas também teve reflexo neste estado, com o aumento da população para 7 mil indivíduos.

2 Talvez valesse a pena lembrar que o maior massacre ocorrido na história foi a dizimação dos povos indígenas da América, que, só no Brasil foram reduzidos de um número de aproximadamente 6 milhões de indivíduos a um número estimado de 600 mil atualmente.

3 CIMI. *Com Dallari e Dom Pedro, audiência pública enriquece o debate sobre direitos indígenas*. Brasília, 8 de abril de 2004. Disponível em <http://www.cimi.org.br> - Acessado em 25/04/2004.

4 VASCONCELOS, André. *O Acampamento Terra Livre*. Brasília, 18 de abril de 2004. Disponível em <http://www.cir.com.br> - Acessado em 20/04/2004.

5 Id, ibidem.

6 Entre aquelas instituições que se mostraram solidárias à luta pela Raposa Serra do Sol, podemos citar: Rainforest Foundation, Aliança Amazônica, Instituto Socioambiental, Movimento, Operação Anchieta, Conselho Indigenista Missionário, GreenPeace, Associação Brasileira de Antropologia, Survival International, Urihi, entre outras.

7 FONTES, Cristiane. *Reunião com Lula não entusiasma lideranças indígenas*. Brasília, 10 de maio de 2004. Disponível em <http://www.socioambiental.org.br> - Acessado em 10/05/2004.

8 VASCONCELOS, André. *O Acampamento Terra Livre*. Brasília, 18 de abril de 2004. Disponível em <http://www.cir.com.br> - Acessado em 20/04/2004.

Maria Cecília dos Santos, bacharel licenciada em História. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.



A DÉCADA PARA SUPERAR
A VIOLENCIA É UMA
GRANDE CONVOCAÇÃO
PARA QUE AS PESSOAS
DE BOA VONTADE E
INSTITUIÇÕES SE UNAM
MEDIANTE A DIGNIDADE
HUMANA PARA O RESGATE
DO PROFETISMO BÍBLICO:
"A JUSTIÇA PRODUZIRÁ
A PAZ" (ISAÍAS 32,17).

Para superar a violência

Koinonia e a ADPERJ promoveram no Rio de Janeiro no dia 27 de agosto o seminário **"A Defensoria Pública e as Comunidades Negras Rurais e Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro"**. O evento, realizado na sede da ADPERJ no centro do Rio, teve o objetivo de discutir a atuação da Justiça diante das demandas dessas comunidades, os instrumentos legais para promover os direitos humanos desses grupos e a posição da defensoria pública nessa situação. O seminário buscou informar os defensores públicos sobre o conceito de "remanescentes de quilombos", atualizá-los sobre a legislação complementar ao artigo 68 (ADCT) e aproximar-los das situações das áreas do Rio. Quilombolas de nove comunidades presentes tiveram oportunidade de falar de seus casos e de debater com cerca de cem participantes.

O Conic desenvolveu um **caderno de capacitação** para os multiplicadores da Campanha da Fraternidade de 2005 (CF-2005), que será realizada durante a Quaresma, entre 9 de fevereiro e 27 de março, com o tema Solidariedade e Paz. O objetivo do caderno é ajudar e incentivar os agentes das comunidades - equipes responsáveis pela CF-2005 - com novas idéias, sugestões e

alertas. O Caderno de capacitação de multiplicadores da CF-2005 está disponível no site do Conic (www.conic.org.br).

Uma parceria entre o Ceca, as Pastorais Sociais da CNBB-Sul, a Diocese Meridional da IEAB e o IPJ de Porto Alegre produziu o **caderno de formação sócio-política Eleições 2004** - Afirmando Cidadania, Construindo Democracia. A publicação é um subsídio criado por essas entidades que desde 1990 editam cadernos, nos períodos eleitorais, com o objetivo de refletir sobre as eleições. Para os responsáveis pela publicação "A cidadania compreende o conjunto de direitos e deveres, que toda a pessoa tem para a boa convivência em sociedade e para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo/comunitário. Um dos momentos de exercício de cidadania acontece através do voto". O caderno Eleições 2004 - Afirmando Cidadania, Construindo Democracia traz orientações e reflexões sobre o exercício de cidadania através do voto. Os exemplares custam R\$ 0,50 e podem ser adquiridos na secretaria do CECA ou pelo telefone: (51) 568 2548.

A Comissão Executiva da Década para Superar a Violência reuniu-se no dia 21 de agosto em um **seminário** na Igreja Episcopal Anglicana de

Brasília com o objetivo de estudar o tema da Campanha da Fraternidade 2005-Ecumênica - Solidariedade e Paz - e refletir sobre a forma de realizar o trabalho de conscientização junto às comunidades locais do Distrito Federal.

De 22 a 24 de outubro em São Paulo será realizado o tradicional **Encontro Nacional Ecumônico de Mulheres**, promovido pela Ação Ecumênica de Mulheres, do CONIC, e a Cátedra Otilia Chaves, da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista. Com o tema "Solidariedade e Paz" o evento será inspirado nas campanhas ecumênicas: Década para Superar a Violência (CMI) e no tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2005 (CONIC).

O Ceca promoveu em parceria com as Pastorais Sociais e com diversos movimentos populares o **Décimo Grito dos Excluídos** em Porto Alegre. A manifestação aconteceu no feriado da Independência, 7 de setembro, e reuniu cerca de 3 mil pessoas. Com o tema "Mudança Pra Valer, o Povo Faz Acontecer" o objetivo do ato foi denunciar as diferentes formas de exclusão e violências existentes.

Entre os dias 17 e 21 de julho o Ceca, o Setor de Extensão da Escola Superior de Teologia

da IECLB e o Instituto Humanitas da UNISINOS promoveram o **Curso de Extensão em Ecumenismo** voltado para professores de Ensino Religioso. O curso abordou o tema "Místicas de Justiça e Paz: Elementos das Religiões" e possibilitou um diálogo com representantes e estudiosos de várias religiões, como Islamismo, Cristianismo, Indígenas, Africanas e Orientais. As atividades contaram com a participação do escritor Moacyr Scliar, integrante da Academia Brasileira de Letras, que falou de Judaísmo e Místicas de Justiça e paz.

SIGLÁRIO

ADPERJ - Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro

CECA - Centro Ecumônico de Evangelização, Capacitação e Assessoria

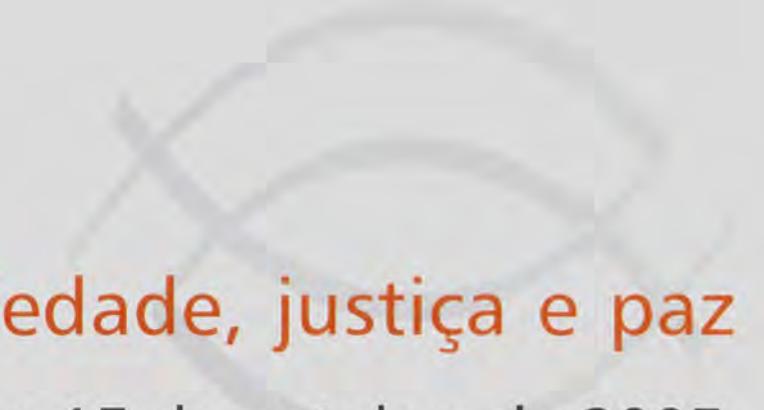
CNBB-Sul - órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

IEAB - Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

IPJ - Instituto Pastoral da Juventude

3^a JORNADA ECUMÊNICA



solidariedade, justiça e paz

12 a 15 de outubro de 2005

**Fazenda São José das Paineiras
Mendes/Rio de Janeiro/Brasil**

**Inscrições e informações: (21)2224-6713
projornada@projornada.org.br**

Aliança de parentesco

Nós mulheres índias e negras reunidas na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 15 a 17 de julho de 2004 em Brasília/DF, selamos uma aliança de parentesco.

- Considerando a semelhança da opressão colonial sofrida pelos povos indígenas e afrodescendentes, em especial as mulheres;
- Considerando que esses dois povos foram igualmente submetidos a processos de genocídio e/ou extermínio;
- Considerando o estupro colonial perpetrado contra índias e negras;
- Considerando a exploração e expropriação das terras, das culturas, dos saberes desses dois povos;
- Considerando a perpetuação da exclusão histórica desses povos desde o término do período colonial até os nossos dias, que vitima especialmente as mulheres, distorcendo e desvalorizando suas imagens;
- Considerando a necessidade da reparação histórica que o Estado brasileiro tem para com esses povos em geral e as mulheres em particular;

DECIDIMOS:

- Firmar o nosso parentesco através de uma aliança política na busca conjunta de superação das desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais e de poder;
- Firmar uma aliança estratégica para a conquista da igualdade de oportunidades para as mulheres índias e negras na sociedade brasileira;
- Firmar uma aliança estratégica que dê visibilidade a índias e negras como sujeitos de direito.

Doravante índias e negras consideram-se parentes.

ADEREM AO DOCUMENTO:

- Conselho Nacional das Mulheres Indígenas
Comitê Inter-Tribal das Mulheres Indígenas/NE
Liga Brasileira de Lésbicas
Departamento de Mulheres Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Demib)
Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA)
Grupo de Mulheres Indígenas do Acre
Fórum de Mulheres da Amazônia
Organização de Mulheres Indígenas – Roraima
Articulação de Mulheres do Acre
Associação de Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista
Fórum Goiano de Mulheres
Associação de Mulheres Indígenas Terena-Mato Grosso do Sul
Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte
Encontro das Mulheres Indígenas da Região Sul
Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará
Articulação de ONG's de Mulheres Negras Brasileiras
Marcha Mundial de Mulheres
Fórum Nacional de Mulheres Negras
Rede Economia e Feminismo
Fóruns Estaduais de Mulheres Negras (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Bahia, Ceará, Piauí, Sergipe, Paraíba, Goiás, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas, Amapá e Tocantins)
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Organização da Mulher (Nuepon - UFMG)
Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso
Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco
Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso
Grupo de União e Consciência Negra
Fórum de Articulação de Mulheres (Mato Grosso)
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Mato Grosso)